

Referencial de Competências para a Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia

Versão preliminar



MARÇO DE 2011

INDE – GUINÉ-BISSAU

FICHA TÉCNICA

Título: Referencial de Competências para a Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia

Responsável pela edição: INDE/MEN

Director-Geral: Rui Correia Landim

Coordenador: Joaquim Baldé

Equipa de trabalho: Allende Samori Fernandes; Ilídio Vieira Té; Joaquim Baldé; Marcelino Gomes; Pascoal Cunha; Rui Landim; Susana Fonseca.

Revisão Científico-Pedagógica: Rui Correia Landim (INDE); Susana Fonseca (PASEG II)

Impressão e acabamentos: (a confirmar)

1ª Edição

Tiragem: 2000 Exemplares

Entidades implicadas na execução:

INDE (responsável pela execução)

UNESCO/BREDA

PASEG II

UNICEF

BAD

Bissau, Março de 2011



Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação

Rua Dr. Hermann Emeines, Bairro Missira, 2ª Fase, C.P. 132 – Bissau – Codex
Telefone: 20 45 22 – Telefax: 20 45 34 • indebissau@hotmail.com

Índice

Introdução	6	Competências de base Nº 2: Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças.	65
Parte A – Política e Estratégias de Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia	7	Competências de base Nº 3: Identificar algumas instituições republicanas, organizações sub-regionais e elementos do património da humanidade.	68
Parte B – Referencial de competências de Educação para a Cidadania	42	Competências de base Nº 4: Resolver as situações problema do seu meio ambiente, baseando-se em regras de prevenção sanitária, rodoviária e de protecção da natureza.	70
1- Objectivos terminais de integração no Pré-Escolar e 1ª fase do Ensino Básico (1º Ciclo)	42	Competências de base Nº 5: Identificar o papel da democracia no desenvolvimento.	73
Competências de base do Pré-escolar e da 1ª fase do EB	43	4- Objectivos terminais de integração na quarta fase do Ensino Básico (3º ciclo)	74
Competências de base Nº 1: Adoptar comportamentos em relação aos valores morais positivos na família e na comunidade.	44	Competências de base da 4ª fase do EB	75
Competências de base Nº 2: Aprender os seus direitos e assumir os seus deveres na família e na comunidade.	46	7º Ano – Competências de base Nº 1: Adoptar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos, no quadro da vida familiar e da sociedade.	76
Competências de base Nº 3: Respeitar os lugares públicos e os símbolos nacionais.	47	8º Ano – Competências de base Nº 1: Adoptar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos, no quadro da vida familiar e da sociedade.	79
Competências de base Nº 4: Respeitar as regras elementares de higiene, de segurança e de protecção do ambiente.	48	9º Ano – Competências de base Nº 1: Adoptar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos, no quadro da vida familiar e da sociedade.	83
2- Objectivos terminais de integração na segunda fase do Ensino Básico (1º Ciclo)	49	7º Ano – Competências de base Nº 2: Exercer seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças com vista a prevenir e resolver conflitos.	87
Competências de base da 2ª fase do EB	50	8º Ano – Competências de base Nº 2: Exercer seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças com vista a prevenir e resolver conflitos.	89
Competências de base Nº 1: Adoptar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos na família e na comunidade. ...	51	9º Ano – Competências de base Nº 2: Exercer seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças com vista a prevenir e resolver conflitos.	91
Competências de base Nº 2: Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres, respeitar os outros nas suas diferenças.	53	7º Ano – Competências de base Nº 3: Identificar as instituições republicanas.	93
Competências de base Nº 3: Apresentar os símbolos da República, algumas instituições republicanas e identificar os elementos do património e da localidade.	55	8º Ano – Competências de base Nº 3: Identificar as instituições republicanas.	95
Competências de base Nº 4: Resolver as situações e problemas sobre a higiene, a segurança e a protecção do ambiente.	57	9º Ano – Competências de base Nº 3: Identificar as instituições republicanas.	97
Competências de base Nº 5: Identificar as vantagens da democracia e da paz.	60	7º Ano – Competências de base Nº 4: Identificar o papel da democracia no desenvolvimento.	99
3- Objectivos terminais de integração na terceira fase do Ensino Básico (2º Ciclo)	62		
Competências de base da 3ª fase do EB	63		
Competências de base Nº 1: Adoptar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais.	64		

8º Ano – Competências de base Nº 4: Identificar o papel da democracia no desenvolvimento.	101
9º Ano – Competências de base Nº 4: Identificar o papel da democracia no desenvolvimento.	103
5- Objectivos terminais de integração no 10º e 11º ano do Ensino Secundário	105
Competências do 10º e 11º ano do ES	106
10º e 11º Ano – Competências de base Nº 1: Explicar a noção da Constituição da República e as liberdades fundamentais.	107
10º e 11º Ano – Competências de base Nº 2: Identificar os órgãos de manifestação de solidariedade nacional, sub-regional e internacional.	109
10º e 11º Ano – Competências de base Nº 3: Identificar os órgãos e instituições das relações internacionais e suas áreas de intervenção.	110
10º e 11º Ano – Competências de base Nº 4: Exercer os seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças, com vista a prevenir e resolver conflitos.	112
6- Objectivos terminais de integração no 12º ano de Ensino Secundário	114
Competências do 12º ano do ES	115
12º Ano – Competências de base Nº 1: Analisar o fenómeno da globalização e das interdependências a partir das instituições e organizações económicas.	116
12º Ano – Competências de base Nº 2: Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças, com vista a prevenir e resolver conflitos.	118
12º Ano – Competências de base Nº 3: Desenvolver e promover a cultura da paz e da cidadania.	120
12º Ano – Competências de base Nº 4: Analisar temas e problemas do mundo contemporâneo.	121
Bibliografia	122

Introdução

Se a guerra nasce no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devemos cultivar os valores da paz, da tolerância, do reconhecimento e aceitação do outro, das diferenças e das realidades culturais diversificadas que caracterizam os países e os povos. É nesta perspectiva que os chefes de Estado da CEDEAO, imbuídos do espírito de condução dos respectivos países a um entendimento duradouro, a uma convivência harmoniosa entre os diferentes povos que constituem este bloco sub-regional, decidiram lançar um desafio aos respectivos governos no sentido de estabelecer uma política e estratégia de promoção e desenvolvimento da educação para cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia, o que vai implicar necessariamente uma revisão curricular por forma a introduzir directa ou transversalmente os elementos essenciais desta temática em todos os níveis do ensino.

O presente documento constitui um referencial de competências de educação para a cidadania, que abrange todos os níveis do ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário e inspira-se nos princípios e orientações internacionais relativos à paz e aos direitos humanos, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção dos Direitos da Criança e as directivas a ela referentes e adoptadas pelo Comité dos Direitos da Criança. O referencial que apresentamos foi elaborado a pensar na acção educativa do professor com vista ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada no aluno. São apresentados os objectivos de integração por fases de ensino e as respectivas competências intermédias e terminais que se pretendem ver reflectidas ao nível do desenvolvimento dos conhecimentos, das atitudes e comportamento dos alunos, na sua relação com a comunidade e com os valores e comportamentos sociais, políticos, culturais e ambientais da sociedade.

Neste referencial desenvolvemos uma proposta de concretização dos objectivos do Quadro de Acção de Dakar sobre Educação para Todos, adoptado no Fórum Mundial de 2000. Este referencial foi elaborado com base no documento de *Política e Estratégias de promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia*, aprovado em 2007 e também incluído nesta publicação.

Parte A – Política e Estratégias de Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia

República da Guiné-Bissau

Ministério da Educação Nacional

Política e Estratégias de Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura da Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia

INDE/ Agosto de 2007

CONTEXTO

O presente documento de política e estratégias de promoção e desenvolvimento da educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia inspira-se nos princípios e orientações internacionais relativos à paz e aos direitos humanos, nomeadamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção relativa aos Direitos das Crianças e nas directivas a ela referentes e adoptadas pelo Comité dos Direitos das Crianças (em particular, a observação geral número 1 – 2001 – sobre os fins da educação), na declaração e quadro de acção integrada concernente à educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia. Assenta igualmente sobre as declarações e programas internacionais sobre educação.

O Quadro de Acção de Dakar sobre 'Educação para Todos', adoptado aquando do Fórum Mundial sobre Educação para Todos, em 2000, constitui um programa internacional de base no qual os engagements colectivos são tomados com vista à realização dos objectivos de educação para todos. Reafirma uma ideia de educação que vai no sentido da declaração universal dos direitos humanos e da convenção relativa aos direitos das crianças e que está orientada para a aprendizagem da vida em comum. A educação é considerada como a chave do desenvolvimento durável, assim como a paz e a estabilidade, favorecendo a coesão social e incitando as populações a tomarem parte activa nas tarefas de transformação social.

O objectivo 6 do Quadro de Acção de Dakar é melhorar em todos os aspectos a qualidade da educação na perspectiva da excelência, de forma a obter para todos resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis, nomeadamente no que concerne à leitura, à escrita, ao cálculo e às competências indispensáveis na vida corrente. Baseia-se na ideia de um ensino de qualidade, necessariamente dinâmico, para lá das capacidades de ler, escrever e contar. É decisivamente ancorado nos direitos e encoraja à cidadania democrática, aos valores republicanos e à solidariedade.

A educação de qualidade baseada nos direitos engloba a ideia de uma educação ao serviço do desenvolvimento durável, tal como enunciado no plano de implementação da Cimeira Mundial para o desenvolvimento durável. A educação é considerada um meio que permite abordar as questões sociais, nomeadamente o desenvolvimento durável, os cuidados de saúde, a participação das populações, a luta

contra a SIDA, o saber tradicional/autóctone, o ambiente e questões morais mais vastas como os valores humanos e a cidadania.

O sucesso da luta para o desenvolvimento durável exige que seja adoptada face à educação uma política que reforce a “nossa adesão a outros valores, nomeadamente à justiça e equidade e à consciência de que temos de partilhar um destino comum”.

A política de educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia inscreve-se igualmente no quadro das medidas adoptadas pelos Estados membros da Nações Unidas com vista a promover o direito universal à alfabetização, em particular a título da Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012), sendo a alfabetização um importante instrumento de aprendizagem que permite realizar o direito à educação.

Capítulo 1

POLÍTICA E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

O desenvolvimento das redes mundiais de comunicação contribui para uma acrescida tomada de consciência das violações dos direitos humanos e das possibilidades da governação democrática. A consciência da ameaça que pende sobre o mundo traduz-se na necessidade de recentrar as relações internacionais e de colocar a protecção dos direitos humanos no centro da governação mundial. Surgindo em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o quadro que protege estes direitos constitui uma realização maior. É neste quadro que se inscreve «A Agenda para a Paz» anunciada pela ONU em 1992, seguindo o apelo lançado pelos Estados membros na 140ª sessão do conselho executivo da UNESCO solicitando a ONU a respeitar os seus compromissos face ao seu mandato inicial. Na mesma dinâmica, a UNESCO estabeleceu em 1994 um programa de transição de uma cultura da guerra para uma cultura da paz, tornando-o um objectivo prioritário. Na Guiné-Bissau, não obstante a enorme energia despendida pela comunidade internacional na gestão das crises e resolução pacífica dos conflitos, a utilização da violência continua ainda a ser um meio corrente para a resolução dos diferendos. Isto demonstra uma grande necessidade de promover a todos os níveis, incluindo à escala dos indivíduos, os valores que sustentam a cultura da paz, dos direitos humanos e da democracia.

A procura da paz impõe negociar e partilhar valores, normas e atitudes e aceitar no seu conjunto as responsabilidades dela decorrentes. Estes valores são o respeito pela vida humana, pela liberdade, pela justiça e pela igualdade assim como pela tolerância e solidariedade. Segundo a definição das Nações Unidas, a cultura da paz é um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que rejeitam a violência, previnem os conflitos atacando as suas raízes através de diálogo e a negociação entre indivíduos, grupos e os Estados.

Estes valores devem ser interiorizados nas consciências de cada um e de todos e traduzir-se por uma mudança de atitudes e de comportamentos nas relações sociais. É assim que a Educação se posiciona como veículo e principal modalidade da realização dos anseios de protecção dos direitos humanos e do desenvolvimento humano. Retomando a linha de pensamento do Programa de acção das NU para uma cultura da paz, os princípios condutores da **Política da Educação para a cultura da paz, cidadania direitos humanos e democracia no sistema educativo guineense** estatuem que:

As crianças recebem desde tenra idade uma educação em matéria de valores, de atitudes, de comportamentos e de modos de vida que devem permitir-lhes resolver todo e qualquer diferendo de maneira pacífica e num espírito de respeito da dignidade humana, da tolerância e de não discriminação. Nesta perspectiva, este dispositivo de orientação visa emanar directrizes mestras no capítulo dos planos curriculares e conteúdos dos programas de ensino que permitam a implantação durável de uma cultura da paz. Esta extravasa o simples campo das informações para integrar problemáticas de valores, de atitudes e de comportamentos. Desde logo o sistema educativo deve zelar pela questão da educação para a cultura da paz, dos direitos humanos e da democracia que implica a reforma dos programas de forma a integrar estas necessidades e preocupações. É assim que a **Política e Estratégias de Promoção da Educação par a Cultura da Paz, cidadania, Direitos Humanos e Democracia no sistema educativo da Guiné-Bissau** determina o seguinte: a revisão dos programas de ensino, incluindo a elaboração de manuais no espírito do Plano Nacional de Acção da Educação para Todos (EPT) referente à educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia. Consciente do facto do cidadão ter necessidade de ser assistido na sua formação no domínio da educação cívica e na cultura da paz, a UNESCO expressa no seu acto constitutivo: «As Guerras nascem nos espíritos dos homens, é no espírito dos homens que devem ser criadas as defesas da paz». Das diferentes iniciativas da

UNESCO neste sentido, realça-se a proclamação do ano 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz.

Na mesma ordem de ideias, o Quadro de Acção de Dakar 2000 (EPT) na sua 5ª estratégia sugere: «Responder às necessidades dos sistemas educativos afectados por conflitos, às catástrofes naturais e instabilidade e conduzir programas de educação, segundo os métodos que sejam de natureza a promover a compreensão mútua, a paz e a tolerância e a contribuir para prevenir a violência e os conflitos».

Deste ponto de vista, a escola através dos seus programas e estratégias de ensino, surge como um instrumento privilegiado da cultura da paz, da promoção dos direitos humanos e da democracia. À instituição escolar, não estando isolada do resto da sociedade, importa articular a necessidade de uma implantação da cultura da paz à escala da sociedade, promovendo os valores da paz, da democracia, da solidariedade, da tolerância, etc. Com a participação de todos.

Processo participativo:

A escola não está separada da sociedade. Os problemas do desenvolvimento do sistema educativo são em última análise os problemas de desenvolvimento da sociedade. Por isso, a abordagem holística que inscreve o desenvolvimento do sistema no quadro da estratégia global de desenvolvimento da economia e da sociedade, merece destaque e relevância nas novas políticas educativas. O processo de formulação de estratégias e planificação não deve, em consequência, reduzir-se a procedimentos técnicos, articulando as sequências que mantenham relações de necessidade, mas como mostra Thierry Malan «a planificação da Educação pode ser analisada como um processo no decurso do qual as técnicas e métodos são objecto não só de discussões... mas também de debates e de utilização políticas e programáticas».

A política descreve as etapas do processo de introdução na Educação da cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia, os actores e as estruturas encarregues de a animar, bem como os produtos esperados em cada etapa. Dá também as indicações práticas sobre a forma de operacionalizar cada uma das etapas.

Este dispositivo faz alternar dois tipos de actividades:

As actividades de concepção (seminários, trabalhos em comissões, concepção e experimentação de instrumentos didáctico-pedagógicos), que mobilizam a peritagem dos quadros do ministério da educação e dos seus serviços desconcentrados com a assistência dos

parceiros técnicos e financeiros. As actividades mais sociais (fóruns, colóquios, estados gerais), que visam implicar as comunidades de base, líderes de opiniões, actores políticos, grupos de interesses económicos e sociais, entidades religiosas, corporações socioprofissionais e todas as forças vivas da nação com vista e envolvê-las na acção.

A utilidade desta directiva reside na forma como se procede à combinação das actividades aparentemente díspares num conjunto homogéneo e dinâmico que associa o objectivo político de mobilização dos actores de uma visão partilhada a uma perspectiva técnica de planificação que realça as ligações lógicas entre as sequências.

Um quadro sinóptico permite visualizar as principais etapas de planificação das acções de política definida, precisando as estruturas de gestão e de validação das actividades a realizar e os produtos desejados dos seus diferentes processos. As diferentes etapas do processo participativo apresentam-se como se segue:

1) Institucionalização de uma comissão nacional no seio do Ministério da Educação Nacional alargada às organizações da sociedade civil e a parceiros, nomeadamente multilaterais.

2) Realização de um seminário nacional de validação do documento preliminar de política.

3) Institucionalização de um Conselho Nacional de orientação que integre os principais parceiros sociais.

4) Seminário nacional de consolidação do Documento de política e estratégias de promoção da Educação para a cultura da Paz, cidadania, direitos humanos e democracia.

5) Partilha a nível nacional: (comunicação social, fórum de discussões...); deslocações às regiões para encontros com representantes locais...

Disseminação do documento finalizado.

Mobilização de financiamento.

Cada uma destas etapas constitui-se de funções específicas no processo participativo que convém serem melhor esclarecidas.

Como parte do processo participativo prevê-se uma estratégia de comunicação que antecede e acompanha o desenrolar das acções. Os fóruns, sendo momentos de forte mobilização é necessário que sejam antecidos de uma campanha de comunicação que permita sensibilizar as populações sobre os desafios e alcance com vista a obter a sua adesão e participação. Esta campanha será adaptada aos diferentes públicos-alvo:

Para os intelectuais, o objectivo é suscitar um debate nacional sobre as questões da educação para a cultura da paz, direitos humanos e democracia. Esta actividade poderá ter como objectivo participar numa tomada de consciência nacional a partir de uma reflexão sobre o conceito, as modalidades, a sua operacionalização, conteúdos e formas que ela poderá revestir no contexto nacional Guineense. A campanha poderá utilizar os auxiliares e instrumentos como imprensa escrita através de publicações de artigos que colocam abertamente questões apelando às diversas contribuições.

Para o grande público (população alfabetizada ou não) os meios de comunicação de massa serão chamados a contribuir. Órgãos audiovisuais: através de declarações, entrevistas, debates, difusão de spots. Emissões radiofónicas interactivas sobre o tema da Educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia. Cartazes. Sketches e emissões radio-televisivas em língua nacional. Anúncios feitos por animadores ou músicos populares. Debates em línguas nacionais.

Capítulo 2

ELEMENTOS DE UMA POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PAZ, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

A introdução da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia nos programas de ensino precisa de concepção e implementação sistematizada de uma política. Esta política, em termos estratégicos, deve articular em torno de uma dinâmica de concertação baseada numa lógica de parcerias e a partir de um ponto de situação conjuntamente efectuado por todas as partes envolvidas. Esta dinâmica é impulsionada por um conselho nacional de orientação, apoiado por comissões técnicas criadas para o efeito. As fases que conduzem a elaboração da política e o plano de Acção estão acima descritas.

Aqui trata-se de descrever em pormenor os elementos pertinentes da política, identificando os seus conteúdos por nível e por sector de ensino em relação ao público-alvo concernente. Este capítulo emana as linhas directivas da política para a promoção e desenvolvimento a nível nacional da Educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia. Estas linhas directivas visam sucessivamente:

- a) A introdução e integração da Educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia nos sectores formal, não formal e informal do sistema educativo;
- b) A definição dos conceitos, finalidades, objectivos e métodos de ensino;
- c) O desenvolvimento do curriculum;
- d) A formação dos formadores;
- e) A produção de guias dos formandos e outros materiais pedagógicos;
- f) As campanhas de sensibilização;
- g) Experimentação e generalização.

I. INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PAZ, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA NOS SECTORES FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU

A Política da Educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia é o instrumento de orientação de todas as acções nesta matéria a nível nacional, que na sua aplicação devem ser tidas em conta as especificidades destes três sub sistemas.

1.1- Ao nível do sistema formal são visados os seguintes componentes:

a) As estruturas institucionais:

Ministério da Educação Nacional e do Ensino Superior como autoridade máxima.

Direcções Gerais de Ensino: Básico, secundário, técnico profissional e Superior

Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Universidade (UAC, UCB)

Escolas e centros de formação profissional

Ministério/Secretaria de Estado da Juventude, cultura e desportos

Instituto da Juventude

b) Os alunos e estudantes constituem um dos principais alvos aos quais a Educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia é dirigida. Nos estabelecimentos de ensino geral e técnico assim como nas universidades, os jovens devem participar na implementação dos programas/planos de acção através das actividades

escolares e extra-escolares e dos projectos práticos de acção de cidadania permitindo lhes apreender os meandros do sistema, os meios dele beneficiar e de influenciar a inflexão das políticas governamentais.

c) Os pais, no quadro de uma **coeducação**, são parceiros privilegiados da escola e devem contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de paz. Uma responsabilização dos pais permite estabelecer uma continuidade relacional nas actividades de ensino/aprendizagem.

d) Os professores e sindicatos de professores

Constituem a cultura vertebral do sistema formal e, a este título, são parceiros sociais do Ministério da Educação e outras autoridades públicas. A sua formação é assegurada pelas escolas normais e nas acções de formação em exercício. As sessões de formação devem ser organizadas com a intenção dos professores do ensino superior.

1.2- Ao nível do sistema não formal e informal:

a) A parceria formal – não formal –informal

A integração da Educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia é extensiva aos níveis formal e informal, organizada à volta de uma parceria entre as estruturas do Ministério da Educação Nacional, ministérios vocacionados, organizações da sociedade civil e agrupamentos profissionais de interesse económico, etc.

Sob a responsabilidade do Ministério da Educação Nacional, as estruturas ministeriais implicadas são as seguintes:

- Ministério da Justiça;
- Ministério do Interior;
- Ministério da Solidariedade Social e da Família;
- Ministério da Juventude, cultura e Desportos;
- Ministério da Saúde.

A sociedade civil é representada por organizações não governamentais, designadamente associações de defesa dos direitos Humanos e redes para a promoção da paz (WANEP):

- Associações religiosas;
- Associações locais;
- Associações de Mulheres;
- Associações de trabalhadores do sector económico informal, etc.

b) O Público-alvo

Os sistemas não-formais caracterizam-se pela diversidade do seu público-alvo. No nosso caso, da Guiné-Bissau, referimos prioritariamente:

- Às famílias;
- Às Associações e Agrupamentos Comunitários de Base;
- Aos agentes da Administração Pública;
- Aos líderes de opinião;
- Aos chefes religiosos e tradicionais;
- Aos Movimentos de Mulheres;
- Aos trabalhadores do sector informal etc.

Nos sectores não formal e informal devem ser elaborados programas específicos em função das necessidades do público-alvo. Os programas serão no essencial, elaborados seguindo uma estratégia baseada sobre a informação, educação e a comunicação (I.E.C.). O alargamento da educação para a cultura da paz cidadania, direitos humanos e democracia do campo formal ao não formal e informal responde a preocupações de uma implementação sistemática dos programas de educação. Esta visão consiste em elaborar os programas de IEC em direcção aos alvos, compreendendo diferentes sub sistemas sociais:

- As famílias;
- As Associações laicas e religiosas;
- Os líderes de opinião da sociedade tradicional Guineense;
- Administração Pública;
- Iniciativa Privada;
- Os média;
- O conjunto de públicos susceptíveis de implementar a agenda (educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia).

A implementação sistémica dos programas da Educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia permite perenizar a Educação para a paz e reconciliação nacional na condição de que os programas de IEC nomeadamente dirigida aos sectores não formal e informal sejam periodicamente reactivados (como os spots publicitários, cartazes e encontros regulares). Encontra a sua pertinência na harmonização dos temas de sensibilização dos diferentes sectores citados. Com efeito, a difusão da mesma mensagem em direcção aos diferentes público-alvo, abre a via a uma tomada de consciência mais geral, inscreve o conteúdo na actualidade e na pior das hipóteses permite a mobilização dos diferentes actores em torno de preocupações comuns. Assim, é necessário proceder à integração dos objectivos e conteúdos ao

nível dos três sectores. Todavia as abordagens e estratégias didácticos-pedagógicas serão adaptadas aos alvos.

A paz é a rejeição da violência sob todas as formas e a luta contra as discriminações e a exclusão. Ela é sinónimo de respeito pela pessoa humana e pela sua dignidade, garante da liberdade, da justiça, da democracia do reconhecimento da diversidade cultural, da promoção de diálogos entre culturas, da tolerância, da solidariedade entre os povos e entre os indivíduos.

II. A DEFINIÇÃO DE CONCEITOS, FINALIDADES, OBJECTIVOS E MÉTODOS DE ENSINO

2.1- A definição de conceitos

Cada realidade produz os seus meios conceptuais e metodológicos. Na Guiné-Bissau, através da concertação e segundo um processo participativo, nomeadamente seminários de validação e consolidação da política e Estratégias de promoção da Educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia, são retidos os meios conceptuais e definidos os objectivos e métodos por forma a que todos os actores e beneficiários tenham a compreensão comum necessária a toda acção a desenvolver em sinergia.

Sugere-se em sequência algumas definições clássicas:

A educação

Educação vem do verbo educar (educar em latim) que significa “formar o espírito de alguém, desenvolver as suas aptidões intelectuais, físicas e o seu sentido moral” ou ainda “ensinar a alguém os costumes e as regras da sociedade, as boas maneiras” adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Ela tem por objecto “suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que reclamam dela a sociedade política no seu conjunto e o meio social ao qual é particularmente destinado.”

A democracia

A democracia é uma forma de organização do poder. É o governo do povo, pelo povo para o povo. A democracia com a boa governação é o conceito entendido como sendo o exercício do poder consistindo em gerir de maneira eficiente os recursos, no sentido lato de um país, no interesse de todos.

A violência

Ela traduz um acto brutal pelo qual se inflige um mal a alguém, como obrigarmos a alguém a ceder perante uma situação que não

conhece. É uma obrigação ilegítima, uma intimidação. A violência é igual a tudo que prejudica a pessoa humana (mortes assassínios, brigas, torturas, golpes e ferimentos, injúrias, etc.). Ela é ao mesmo tempo física, sexual, psicológica, económica e social.

A boa governação

A boa governação assenta sobre três eixos fundamentais:

- A participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões e nas escolhas políticas e dos dirigentes políticos, resultantes de escolhas conscientes;

- A obrigação dos governos de prestar contas da sua gestão política, beneficiando da confiança dos seus concidadãos;

- Existência de uma justiça independente e célere, pronta à acção para preservar a igualdade dos cidadãos perante a lei, reprimir as perversões da sociedade e garantir o exercício das liberdades fundamentais.

A Paz

A paz concebe-se como a situação de um país que não está em guerra. É o estado de concórdia e de acordo entre os membros de um grupo e de uma nação. A paz é a rejeição da violência sob todas as formas e a luta contra as discriminações e a exclusão.

A cultura da paz

A Declaração das Nações Unidas adoptada em Setembro de 1999, no quadro do Ano Internacional da Cultura da Paz, define a cultura da paz como sendo um «conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e modos de vida baseados nomeadamente no respeito da vida, na rejeição da violência e na vontade de promover e praticar a não violência (através da Educação, do diálogo e da cooperação) e o engajamento de resolver pacificamente os conflitos; o respeito da promoção do direito ao desenvolvimento, assim como a igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens e os direitos de cada um à liberdade de expressão, de opinião e de informação; adesão aos princípios da liberdade; de justiça; de democracia, de tolerância, de solidariedade, de cooperação, de pluralismo, da diversidade cultural, do diálogo e da compreensão a todos os níveis da sociedade e entre nações».

Os Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são definidos como um conjunto de direitos e liberdades que o Estado reconhece na sua ordem jurídica interna e na ordem jurídica internacional, aos indivíduos que ele protege. É assim igualmente para o direito à vida ou para a liberdade de reunião ou ainda o

direito à Educação. O indivíduo torna-se então sujeito de direito interno como de direito internacional. Titular de direitos, ele é também vinculado a obrigações, no quadro e nos limites respectivos destas duas ordens jurídicas. Estes direitos individuais são complementados por direitos económicos e sociais.

2.2. As finalidades de uma Educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia

As finalidades da Educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia na Guiné-Bissau consistem em formar o cidadão guineense, livre, “universalista”, capaz de intervir para a transformação do seu meio num contexto de diversidade, da paz e imbuído de espírito de amor a pátria, respeito pela diferença, solidário com outros povos e com seus concidadãos.

A Educação deve formar o cidadão capaz de apreciar o valor da liberdade e adoptar os comportamentos exigidos para responder aos desafios que lhe são acometidos. Isto implica preparar o cidadão guineense a gerir as situações difíceis e incertas, de o adoptar de capacidades para a autonomia e a responsabilização individual. Esta última deve estar ligada à apreciação do valor do engajamento cívico, da associação com os outros para resolver os problemas e para trabalhar na instauração de uma sociedade justa, pacífica e democrática.

A Educação deve desenvolver no cidadão guineense a capacidade de reconhecer e de aceitar os valores que existem na diversidade dos indivíduos, de sexos, dos povos, das culturas e desenvolver a faculdade de comunicar, de partilhar e de cooperar com o outro. Os cidadãos guineenses artesãos de uma sociedade pluralista e de um mundo multicultural deverão estar à altura de admitir que a sua interpretação das situações e dos problemas resulta da sua vida pessoal, da história da sua sociedade e das suas tradições culturais e que por conseguinte nenhum indivíduo ou grupo detém a resposta única aos problemas e que para cada problema pode existir mais do que uma solução.

A educação deve desenvolver no cidadão guineense a capacidade de resolver os conflitos por vias pacíficas (não violentas). Ela deve portanto favorecer igualmente a paz interior no espírito do aluno/formando de forma a permitir estabelecer, com base mais sólidas, as qualidades de tolerância e de compaixão assim como o sentido de partilha e da atenção para com os outros.

A Educação deve cultivar no cidadão guineense em formação a capacidade de fazer escolhas esclarecidas, baseando os seus juízos e acções, não somente sobre a análise das situações presentes, mas igualmente sobre a visão do futuro a que aspira. A Educação deve formar cidadãos guineenses que respeitem o património cultural, que protejam o ambiente e adoptem modos de produção e de consumo que favoreçam o desenvolvimento durável.

A formação do cidadão Guineense consiste ainda em cultivar nele os sentimentos de solidariedade e de equidade aos níveis nacional e internacional na perspectiva de um desenvolvimento equilibrado e a longo termo.

2.3. Os objectivos da Educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia.

As acções a empreender para a introdução da Educação para a paz, cidadania, direitos Humanos e democracia nos programas de ensino, os materiais pedagógicos, a formação de formadores e as campanhas de sensibilização devem incidir simultaneamente sobre **os conhecimentos, as atitudes, os valores as competências**. É necessário agir sobre estes quatro níveis ao mesmo tempo para divulgar efectivamente os princípios da compreensão, da cooperação da paz internacional e dos direitos Humanos.

Base indicativa de conhecimentos a adquirir:

As Instituições Nacionais e Internacionais

Os fundamentos da democracia

As formas e processos de controlo democrático;

Os direitos Humanos;

A igualdade dos cidadãos, das nações, dos povos;

A cultura da paz;

O desenvolvimento económico e social;

O ambiente;

A compreensão internacional;

O património cultural da humanidade;

O património cultural da humanidade;

As diferentes unidades culturais, humanas e pessoais;

As diversas formas de reagir positivamente aos diferendos e conflitos humanos;

As Técnicas e princípios da comunidade social;

As questões de género;

O voluntarismo ao serviço do desenvolvimento;
O sistema das Nações Unidas.

Base indicativa dos valores e atitudes:

O respeito do outro;
A preocupação ambiental;
O vínculo à justiça e à paz;
Abertura de espírito;
A empatia;
A autonomia / a solidariedade;
A democracia;
A laicidade;
A disciplina;
O respeito dos símbolos, das leis e regulamentos;
A participação na vida pública e cívica;
A pátria;
A tolerância.

Base indicativa de competências:

Pensamento crítico

Capacidade de abordar os problemas com espírito aberto e crítico, de mudar o seu ponto de vista quando confrontados com raciocínios convincentes ou com dados novos. Saber reconhecer e recusar a parcialidade, o endoutrinamento e a propaganda.

Resolução de problemas

Capacidades de abordar e encontrar soluções concretas aos problemas segundo uma abordagem pluridisciplinar.

Autonomia intelectual e afectiva

Capacidade de se recorrer individualmente dos seus recursos intelectuais e emocionais para fazer opções pessoais, para tomar decisões e engajar em acção em toda responsabilidade.

Cooperação

Capacidade de apreciar o valor de trabalho colectivo e de cooperar com outras pessoas ou grupos na prossecução de um objectivo comum.

Imaginação

Capacidade de conhecer a imagem de um mundo melhor não somente à escala da sua comunidade mas também à de outras sociedades e do planeta inteiro;

Afirmação de si

Capacidade de comunicar de maneira clara e segura com o outro, evitando tanto a agressividade (que nega os direitos do outro) como a passividade (que equivale aos seus próprios direitos)

Resolução de conflitos

Capacidade de analisar diferentes conflitos de maneira objectiva e sistemática e de sugerir diversas soluções mesmo fazendo de si o artesão, se necessário.

Tolerância

Aceitação da ideia de que não existe solução imediata a todos os problemas, sem no entanto desesperar de encontrar uma solução. Capacidade de aceitar o outro na sua diferença.

Participação

Aptidão de comunicar com o seu meio através da aquisição de saberes, do saber fazer e do saber ser, em matéria de Informação, Educação, Comunicação (I.E.C.).

3. Os Métodos do Ensino

O programa deverá privilegiar os métodos activos e interdisciplinares. Trata-se de adoptar uma perspectiva transversal combinando três abordagens.

Uma Abordagem Formal

Esta abordagem privilegia certas actividades cognitivas e perceptíveis para mudar as mentalidades e os comportamentos, no sentido dos objectivos perseguidos. Consiste em assegurar que os formandos compreendam o funcionamento das instituições da democracia e conheçam os seus direitos constitucionais e as suas responsabilidades.

O Estado e as suas extensões, os direitos humanos, as responsabilidades, o direito à expressão, direito de voto, o dever de pagar as taxas e impostos, os conhecimentos ligados a manutenção da paz, etc.

Esta abordagem exige uma intervenção missiva no sistema formal centrada sobre os professores, beneficiando de constante apoio institucional. Esta abordagem é activada através de jogos de papéis (*roleplay*), actividades fazendo apelo à empatia, aprendizagem de alguns princípios fundamentais e aplicação sistemática destes princípios, a procura de contactos pessoais, a criação de um meio de aprendizagem que favoreça a progressão em direcção às etapas mais avançadas nomeadamente, do desenvolvimento cognitivo.

Uma abordagem Participativa

Baseada na participação dos alunos ou formandos, nos diferentes domínios da vida pública. A vida escolar é o primeiro domínio da vida pública a consagrar, porque a concordância entre os métodos da educação para a paz, direitos humanos e democracia e as mensagens que difunde é de uma absoluta necessidade. Assim, o quadro institucional da escola, como os processos de ensino e aprendizagem, devem estar conformes aos objectivos da paz, de respeito dos direitos humanos e do ambiente.

Os processos de ensino e aprendizagem devem favorecer concretamente a cooperação entre os alunos, assim como entre eles e os professores na sala de aula e na escola. No domínio mais lato da vida pública, nomeadamente na sociedade os formandos estarão à altura de conhecer os seus direitos e responsabilidade pela modelização do seu engajamento com vista a ter acesso à “coisa pública” e aos governantes. Devem aprender a mover-se através do sistema democrático para melhor o conhecer e o apoiar. Assim a Educação para a paz, cidadania, direitos Humanos e democracia deve ser estendida para fora do quadro escolar formal, numa integração da escola na vida comunitária e nos “espaços públicos”, para permitir aos formandos aprender a resolver os problemas através de projectos de acção de cidadania centrados nas questões de política pública.

Uma abordagem por comportamento

Convém particularmente a aprendizagem da moral e da honestidade. Estes valores devem não só serem ensinados mas também promovidos e protegidos. A aprendizagem dos mecanismos da democracia e do funcionamento das instituições democráticas é um assunto importante. Mas para incutir nos formadores/alunos os tipos de comportamento desejados é indispensável prever no currículo uma abordagem baseada

na moral, ética e responsabilidade e sobre a repressão da corrupção e da desonestidade.

Os governos, as famílias, as instituições religiosas, o sector privado e os media devem participar no reconhecimento e recompensa dos actor de honestidade e de integridade. As campanhas de informação permanentes baseadas na promoção dos valores de solidariedade, de integridade e de responsabilidade virão em apoio dos métodos de ensino em benefício tanto da educação formal como da não formal e informal

III. O DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULUM

No sentido restrito (Dewey – *École Nouvelle*) o curriculum contribuirá para planificar o conjunto de experiências de vida necessárias ao desenvolvimento do aluno, que exige a apropriação de saberes e de habilidades, mas que, desta vez se opera em função das necessidades do formando e da sua preparação para a participação responsável na vida da sociedade. Num sentido mais lato, G. de Landsheere dá a seguinte definição “Um curriculum é um conjunto de acções planificadas para suscitar a instrução: compreende a definição dos objectivos de ensino, os conteúdos e métodos (incluindo a avaliação, os materiais, os manuais escolares) e disposições relativas à formação adequada de professores”. Estas duas definições apresentam o curriculum a partir de três eixos: o eixo de saber a adquirir, o eixo centrado sobre o aluno e o eixo centrado sobre a sociedade.

A educação para a cultura da paz, direitos humanos, cidadania e democracia vai privilegiar uma perspectiva curricular combinando estes três eixos. Esta perspectiva é aplicável aos sectores formal, não formal e informal. Porém, seja qual for a perspectiva é necessário articular a perspectiva com as características do público-alvo.

3.1- Características do público-alvo da Educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia

Trata-se de, a partir de cada grupo alvo, desenvolver, através da abordagem curricular, o ensino e aprendizagem da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia.

3.1.1- O pré-escolar e o Ensino Básico

Este alvo compreende as crianças de 3 a 13 anos de idade (mais ou menos), que seguem um ensino formal em todas as disciplinas. É uma faixa etária sensível a tudo que se faz e se diz à volta dela, é um alvo que

observa o seu meio e o copia. O seu meio, neste contexto Guineense é caracterizado em geral por:

- Fragilidade das estratégias dos pais em matéria da Educação;
- Carácter abstracto do ensino/aprendizagem: neste nível o ensino resume-se a simples transmissão de conhecimentos.

3.1.2- O secundário

Este alvo compreende sobretudo os jovens de idades entre 13 a 18 anos, ou mais, em que a maior parte é constituída de adolescentes mas também de jovens adultos que estão ainda a cargo dos seus pais. Têm uma idade vulnerável, os caracteres muito variados e resistem aos pais e professores. Estes jovens são também confrontados em termos de ensino, com os problemas acima referidos.

3.1.3- A Universidade

No fim do Ensino secundário o estudante recebe uma formação em cidadania. Trata-se aqui de pôr o acento no seu papel de cidadão do mundo. Esta formação deverá ser feita através das actividades de pesquisa sobre os temas relativos à Educação para a Paz, através da implementação pelo corpo professoral de módulos específicos sobre estes temas, sobretudo através de desenvolvimento e a promoção de projectos de acção de cidadania a favor da paz, direitos humanos e democracia no Campus Universitário, em ligação com as actividades desportivas, culturais, sociais e políticas dos estudantes.

3.1.4- O Não formal e informal

O público do sector informal é constituído pela população na sua globalidade, particularmente as famílias, as associações laicas, religiosas e desportivas, os movimentos juvenis, agrupamentos de mulheres, agrupamentos de interesse económico, comerciantes ambulantes, condutores de transportes públicos e os seus ajudantes aprendizes, as «crianças da rua» etc.

Nesta população alvo incluem-se os agentes da administração pública, do sector privado, assim como os jornalistas.

No que se refere ao sector não formal, o conjunto do público-alvo dos programas de alfabetização fazem parte deste grupo.

O grande público caracteriza-se, em grande maioria dos casos, por:

- Abandono escolar;
- Analfabetismo;

Consciência muito limitada da noção de Estado e das instituições republicanas;

Conhecimento limitado dos direitos, liberdades e obrigações individuais e colectivas no contexto republicano;

Representação errónea dos direitos da mulher e da criança no contexto republicano;

Representação errónea dos valores e ordem republicanas;

Participação limitada nos assuntos públicos devido a uma ausência de cultura cívica sobre o contexto republicano;

O não respeito dos bens públicos e a sua monopolização para fins lucrativos e de ordem privada;

Um comportamento conducente à destruição e à degradação do ambiente;

Corrupção.

3.2- Indicações de conteúdos do curriculum da educação para a paz, direitos humanos, cidadania e democracia.

A – Nível pré-escolar e primeira fase do EB

Identificar-se na sua comunidade;

Ter sentido de acolhimento, generosidade, equidade e partilha;

Ter sentido de solidariedade, da entreaajuda;

Ter sentido de honestidade, da franqueza, da justiça;

Ter sentido de obediência, da ordem, da pontualidade;

Ter sentido de respeito, de responsabilidade, da sociabilidade;

Ter gosto pelo trabalho;

Ser respeitoso dos símbolos da Guiné-Bissau;

Ser corajoso e perseverante no esforço;

Ser capaz de proteger o seu meio e de se proteger a si mesmo;

B – Segunda Fase EB

Conhecer sumariamente a organização política e administrativa da Guiné-Bissau, o hino nacional, o sentido das manifestações nacionais e das festas religiosas;

Conhecer algumas vantagens da democracia (liberdades fundamentais, respeito das leis e regulamentos);

Conhecer os seus direitos e os seus deveres de cidadão;

Conhecer seus direitos relativos a si mesmo e relativos aos outros;

Conhecer os seus direitos civis; os direitos da criança, o direito à vida, direito à igualdade, o direito à paz;

Ser capaz de respeitar as regras da vida comum;
Compreender os princípios de igualdade dos povos;
Compreender a natureza positiva da paz;
Resolver os conflitos surgidos no seio da escola entre os alunos;

C – Terceira Fase EB

Animar e proteger o seu quadro de vida (escola, bairro, região, pais) e o seu ambiente;

Participar para a compreensão internacional e protecção do património cultural da humanidade;

Participar na luta contra todas as formas de discriminação;

Conhecer os textos relativos aos direitos das crianças, da mulher, das pessoas refugiadas e deslocadas;

Conhecer e respeitar as leis e regulamentos da Guiné-Bissau;

Descobrir as Instituições republicanas;

Conhecer o papel e o funcionamento das organizações Internacionais, nomeadamente Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (HCR);

Compreender o papel dos media para a promoção da paz, da democracia, dos direitos humanos.

De facto os conteúdos deverão insistir na formação do homem, do cidadão: aquele que conhece o seu país, a Guiné-Bissau, respeita o seu próximo, adere aos valores da solidariedade, da dignidade e da paz, contribui para desenvolver a amizade e cooperação, tem o gosto pela tolerância, participa na salvaguarda do seu meio ambiente e do exercício da democracia. Os conteúdos devem igualmente visar a aquisição do saber-fazer e dos conhecimentos que permitam resolver os conflitos entre indivíduos.

A – Ao nível do Secundário – Curso Geral¹

Aqui a formação consiste em reforçar a formação para a cidadania para permitir uma melhor compreensão da necessidade da cultura da paz:

¹ Desde 2010 passou a designar-se 3º ciclo do EB.

- Os quadros de vida/família e sociedades tradicionais, estruturas administrativas locais (tabancas, câmaras, sectores, regiões);

- Os deveres do cidadão: obediência às leis, o respeito da ordem social, o dever fiscal e militar;

- Os direitos do cidadão: direitos cívicos e políticos, sociais, económicos e culturais (direito à instrução, direitos da criança, direito à vida, à igualdade, direito de voto e de ser eleito, direitos de associação, etc.);

- Noção de solidariedade e tolerância: a paz e o conceito do outro; o direito humanitário;

- Estratégias de gestão e de resolução de conflitos familiares ou de vizinhança: exemplos e processos de resolução.

B – Ensino Secundário Complementar

A noção de Estado e da soberania nacional:

A constituição da República da Guiné-Bissau e as liberdades fundamentais (liberdade de opinião, de consciência e de culto, direito à justiça, à informação...).

O direito ao voto e ao sistema eleitoral.

As instituições da República.

Os Grandes serviços do Estado.

Os Órgãos e instituições das relações internacionais: o sistema das Nações Unidas, União Africana (UA), as organizações sub-regionais, CEDEAO, Organização de valorização do rio Gâmbia (OMVG), HCR, Cruz vermelha, etc.); a diplomacia.

Os órgãos de manifestação da solidariedade nacional, sub-regional e internacional: para a geminação, o voluntariado, a cooperação, a defesa das liberdades (Amnistia Internacional, as ONG`s, etc.)

Os direitos sociais, económicos e culturais (direito à instrução e à saúde, direito à Justiça e a segurança, protecção do património cultural...?)

A luta contra as diversas formas de discriminação e de exclusão:

Estudo da Carta Africana dos direitos Humanos.

Estratégias de gestão e de resolução de conflitos inter-étnicos: exemplos e processos de resolução.

As relações internacionais:

As áreas culturais, os espaços económicos, as áreas de solidariedade (Terceiro Mundo, pan-africanismo), os tratados e mecanismos de resolução de conflitos internacionais.

Os grandes problemas actuais e a cooperação internacional: a fome no mundo (papel da FAO); o analfabetismo (papel da UNESCO) as doenças (papel da OMS), o racismo e a exclusão (migrações internacionais e paz), a associação EU/ACP, função dos organismos internacionais na Guiné-Bissau.

Os pactos relativos aos direitos civis e políticos; o direito humanitário.

O direito à vida e à dignidade.

Os direitos da mulher.

Visão dos conflitos como um processo normal:

Resistência a opressão, luta pela igualdade, independência e a liberdade.

Estratégias de gestão e de resolução de conflitos intracomunitários, exemplos e processos de resolução.

C – Ano Pré-Universitário

Os sistemas de troca/intercâmbio no plano local e nacional.

Os mecanismos de trocas internacionais: desequilíbrio das trocas internacionais e flutuações económicas, o seu impacto sobre os direitos humanos, a paz e a democracia; as zonas monetárias africanas e as instituições bancárias (Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial, Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)...), as suas incidências sobre as políticas dos Estados em matéria dos direitos Humanos, da paz e da democracia.

O fenómeno de mundialização e as suas incidências sociais; a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

O exercício das liberdades e da democracia (estudo do regime democrático e das liberdades fundamentais);

As associações nacionais de promoção da paz, da democracia e dos direitos Humanos;

Os direitos económicos e o direito ao desenvolvimento.

As Políticas nacionais em matéria de população.

O direito à autodeterminação.

Os órgãos e mecanismos de protecção dos direitos humanos (instrumentos internacionais de preservação/manutenção da paz, convenções, estratégias de gestão e de resolução de conflitos internacionais: por exemplo os processos de resolução).

A nível do Ensino Superior

No fim do nível secundário, tendo o estudante já recebido uma sólida formação de cidadania e uma verdadeira educação para a paz, direitos humanos e democracia a sua formação no nível superior deverá incidir sobre o papel do cidadão no mundo. Os conteúdos do programa, educação cívica e a cultura da paz, versarão igualmente sobre os módulos e seguintes temas de pesquisa:

O estudo dos fundamentos filosóficos, religiosos e políticos da paz, da democracia e do respeito dos direitos humanos: história e textos (Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, Declaração Universal dos direitos Humanos e dos povos, Carta Africana dos direitos Humanos), reflexão filosófica sobre a didáctica «Guerra e Paz» na humanidade.

O papel e o lugar das organizações africanas e internacionais a favor da paz, da democracia e do respeito dos direitos humanos: insistir sobre a acção da UNESCO ontem e hoje.

As políticas do Estado Guineense e a acção das instituições nacionais e internacionais para a paz, a democracia e o respeito dos direitos humanos.

O estudo dos “textos clássicos” dos grandes homens e mulheres que lutaram para a paz, democracia e o respeito pelos direitos humanos: Sócrates, Rousseau, Gandhi, Schoelcher, Amílcar Cabral, Reine Pokou, Aline Sitoe Diatta, Martin Luther King, Mandela, etc.

Os Nobel da Paz: as suas vidas e acções.

A análise dos textos fundadores do Estado da Guiné-Bissau e outros Estados Africanos à luz das ideias da paz, da democracia, do respeito dos direitos humanos.

O estudo das políticas de descentralização e de regionalização em África e os seus efeitos sobre a paz, a democracia e o respeito dos direitos humanos: implicações das populações na base da tomada das decisões sobre os problemas que lhe dizem respeito e nas escolhas dos seus responsáveis e representantes.

Análise dos obstáculos à paz, à democracia e aos direitos humanos: o racismo e a exclusão (fundamentos históricos, prejuízos e acções de luta): caso dos Estados Unidos de América e da África de Sul (Apartheid);

A escravatura ontem e hoje, fundamentos ideológicos, formas e evolução, as consequências no mundo (sobretudo em África), movimentos abolicionistas, forma moderna de escravatura e suas incidências sobre os direitos humanos;

Nascimento e evolução das ideologias fascistas: o racismo italiano, o nazismo alemão e os actuais ressurgimentos;

A existência de grupos sociais de risco (mulheres e crianças), vítimas da guerra, da tirania, da violência, de mutilações físicas: estudar os mecanismos de protecção e as acções a realizar a seu favor;

A sorte reservada as pessoas refugiadas e deslocadas.

A não violência e a neutralidade dos Estados.

Análise da imprensa escrita e audiovisual, assim como das publicações sobre a paz, a democracia e os direitos humanos.

Análise da actualidade africana e internacional: acento sobre os “pontos quentes” do globo.

Conferências, palestras e debates sobre os conflitos em África e o papel das organizações internacionais.

O fenómeno da mundialização e as suas incidências sobre a paz, a democracia, o respeito dos direitos humanos.

A sobrevivência dos regimes antidemocráticos em África e as acções a desenvolver com vista à sua erradicação total.

Todos os temas acima mencionados são portadores de projectos de acção na medida em que os problemas a que estão ligados poderão constituir motivos para acção da cidadania.

● **Ao nível do não formal e do informal**

A este nível deve preparar-se, para o grande público, os módulos centrados sobre cada um dos alvos. Como acima foi referido, os conteúdos devem ser os mesmos dos outros alvos. Preconiza-se para esta população-alvo, a implementação da campanha da IEC (informação, educação, comunicação) para uma sensibilização permanente.

Ainda os seminários de formação e de sensibilização das autoridades políticas e administrativas sobre as questões da paz, da democracia e dos direitos humanos, mas também sobre a boa governação devem ser organizados.

A formação em matéria de produção e difusão de artigos e de dossiers sobre a cultura da paz, democracia e direitos humanos devem ser promovidas nomeadamente em benefício dos media.

Enfim uma formação em estratégias tradicionais guineenses e africanas de gestão e resolução de conflitos deve ser organizada para o conjunto do público-alvo a partir dos valores tradicionais guineenses.

IV. A FORMAÇÃO DOS FORMADORES

A formação dos professores é de uma importância capital para o ensino de qualidade na perspectiva de uma implementação dos programas da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e a democracia. Deve ser concebida em dois momentos:

A) A formação dos formadores

A formação dos professores em formação inicial nas escolas de formação de professores e na Escola Normal superior e a formação em exercício, a ser assegurada por enquadramento e acompanhamento dos diferentes corpos de apoio e controlo técnico-pedagógico e eventualmente de ensino à distancia.

A formação incidirá sobre os procedimentos de integração dos conteúdos da educação para a paz nas diferentes disciplinas. Versará igualmente sobre os processos de ensino/aprendizagem, sobre o sistema de avaliação, sobre a pedagogia do projecto, sobre a IEC (Informação/Educação/Comunicação). Deve-se realçar a necessária interligação entre a escola e o seu meio social no quadro de uma abordagem curricular.

Deverão ser preconizados os seguintes objectivos:

Os professores deverão ser capazes de fazer uso dos elementos no meio local, nacional, e apresentar as realidades concretas num contexto internacional. Devem também mostrar aos seus alunos como os princípios da educação para a paz podem ser interiorizados em muitos aspectos da sua vida quotidiana. É necessário partir do conceito da comunidade para inferir os programas existentes das diferentes disciplinas no sentido da educação para a paz.

Os professores deverão ser capazes de fazer introduzir o mundo exterior na sala de aula, fazendo o apelo antes de mais a experiências do país e chamando a contribuição dos media.

Os professores deverão ser capazes de utilizar os métodos e materiais pedagógicos que visam promover os ideais da educação para a cultura da paz na sala de aula: valorizando, no ensino, através dos programas e dos materiais de ensino, os objectivos que fazem apelo à cooperação, por oposição àqueles que se baseiam no individualismo ou na concorrência; privilegiando um programa de estudo assente na utilização das técnicas de resolução de problemas e raciocínio crítico para abordar as questões controversas da vida social e política; privilegiando

um programa de estudo assente nos problemas da actualidade que respondam aos princípios da educação para a paz;

Abordando os programas e o ensino de forma a desenvolver as faculdades de empatia dos alunos e encorajá-los a ver na noção de solidariedade um dos elementos chave da sobrevivência do ser humano.

Os professores devem ser capazes de abordar os programas e as actividades de ensino/aprendizagem de uma maneira que lhes permita realizar um equilíbrio entre os métodos e os conteúdos da educação, escolhendo os métodos apropriados de ensino (como trabalho de pesquisa em pequenos grupos) que reforcem implicitamente e explicitamente no seio da turma as ideias de cooperação, de participação e de igualdade.

Os professores deverão ser capazes de adquirir as competências que lhes permitam identificar as distorções e preconceitos contidos nos materiais didácticos que utilizam e transmitir esta informação aos seus alunos:

- Participando nos programas de aperfeiçoamento sobre as técnicas de análise e avaliação dos manuais e outros recursos pedagógicos no próprio contexto cultural;

- Estabelecendo uma lista de controlo que permita avaliar os textos escolares em função dos critérios da educação para a paz. Esta lista deve comportar as rubricas tais como: as de ideias preconcebidas, *a priori* (de ordem política, económica, social, cultural), frases e palavras carregadas de emoção, sexismo, equilíbrio entre os sexos, etc.

B) A formação inicial e contínua dos professores

1 - A formação inicial

As estruturas da formação inicial dos professores deverão promover e educação para a paz, direitos humanos, cidadania e a democracia enquanto domínio de estudo.

A implementação dos programas e métodos específicos da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia supõe que os professores tenham recebido ao longo da sua formação os meios intelectuais e os instrumentos pedagógicos desta educação assim como uma compreensão dos aspectos psicológicos e afectivos que encerram o ensino dos seus conteúdos.

São raros para não dizer que não existem, professores que tenham beneficiados de cursos específicos nesta matéria e que sejam capazes de reflectir com um espírito crítico sobre os valores que

subentendam as suas ideias e suas aptidões e que tenham a capacidade de os reavaliar em função do seu papel como agentes educativos.

Por outro lado a cooperação entre os professores e os seus parceiros fora do sistema formal pressupõe uma formação profissional que favoreça a ideia da sua participação nas actividades educativas mais abrangentes empreendidas fora da sala de aula.

Os cursos de formação pedagógica deverão conseqüentemente ter os seguintes objectivos:

- Motivá-los para a sua responsabilidade;

- Encorajá-los a sentir a necessidade de adquirir conhecimentos suficientes e as iniciativas para descobrir os métodos de trabalho apropriados;

- Incitá-los a adquirir capacidades de trabalhar em equipa seja com outros professores como com outros agentes educativos fora do sistema formal.

Os cursos que serão parte integrante da formação deverão compreender: o estudo da Carta das nações unidas, da Declaração Universal e dos pacotes sobre os direitos humanos, as grandes declarações internacionais concernentes à paz e direitos humanos (A Carta Africana dos direitos humanos).

Os programas destinam-se a permitir aos professores de identificar os conteúdos e os métodos de ensino a ministrar aos seus alunos de diversas faixas etárias e de diferentes níveis, assim como os meios de inclusão da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia nas disciplinas nas quais desejam especializar-se.

2- A Formação em Exercício/contínua

Os cursos e programas descritos acima deverão prosseguir-se ao longo das fases do exercício profissional.

Em razão da gravidade dos problemas no mundo de hoje, as guerras e outros conflitos mortíferos, é urgente reforçar de forma substancial os programas de formação contínua em matéria de educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia.

Esta formação deve ser concebida simultaneamente numa base pedagógica e completada por estágios organizados por associações e outros centros competentes na matéria.

V. A PRODUÇÃO DE GUIAS DOS FORMADORES E DO MATERIAL PEDAGÓGICO

A/ A Nível de conceptores, de autores e editores de programas

Um certo número de estratégias devem contribuir para desenvolver a educação para a paz, direitos humanos, cidadania, democracia, através dos programas de estudo, dos manuais escolares e outros materiais pedagógicos. Importa todavia recolher a relação que existe entre os objectivos dos materiais produzidos, o processo de ensino e os métodos de avaliação. Longe de se excluírem mutuamente, estes elementos são complementares e o que deve ser sublinhado em todos os textos elaborados:

a) Os autores devem referir no momento de elaboração dos materiais escolares as directivas da UNESCO de revisão e avaliação dos manuais escolares, que enunciam as regras fundamentais para a tomada de decisão em matéria de publicação;

b) Os Editores escolares devem recusar a partida todo o documento que encoraje uma visão dogmática, chauvinista ou estereotipada da comunidade mundial;

c) Para lutar contra esta maneira de ver os autores devem esforçar-se para propor os elementos de uma visão mais equilibrada da comunidade mundial;

d) Os autores e editores escolares devem rejeitar liminarmente todo o documento que não dá uma imagem justa e equilibrada de uma cultura ou de uma sociedade ou dos valores e atitudes do qual trata;

e) Os autores e editores escolares devem esforçar-se em erigir um programa de publicações que alimenta cada ano o mercado dos manuais escolares e materiais pedagógicos de um número apreciável de obras versando sobre os aspectos teóricos e práticos da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia.

f) Os autores e editores escolares devem ser encorajados a produzir ou desenvolver os manuais escolares e materiais pedagógicos entrando nas colecções que poderão comportar títulos especializados tais como:

- Os direitos humanos na sociedade planetária
- A educação ambiental para uma sociedade planetária
- População mundial e desenvolvimento durável
- O património cultural da humanidade
- A paz e a cooperação internacional numa sociedade planetária

- Teoria e prática da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia

Se aplicarem estes princípios, os autores e editores escolares devem estar à altura de produzir manuais escolares e outros materiais pedagógicos que:

- Encorajem um justo equilíbrio entre os processos e os conteúdos nos programas de estudo e do ensino;

- Difundam uma informação exacta e a tempo, conforme aos documentos mais recentes do sistema das nações unidas;

- Ressaltem a importância de utilizar as faculdades de sentir, de agir e de pensar ao serviço dos direitos humanos;

- Sublinhem e valorizem a unidade fundamental do género humano no contexto guineense e planetário;

- Realcem a desejável relação entre perspectiva nacional guineense e internacional e realizam um justo equilíbrio para este efeito

B/A Utilização de materiais didácticos

Entre os materiais susceptíveis de ter uma maior aceitação, tanto junto dos professores como dos alunos, como os materiais audiovisuais e gráficos (filmes, cartazes, fotografias, programas de rádio e de televisão), ocupam um lugar de destaque devido à sua influência directa sobre o ensino ou como complemento das actividades puramente escolares.

Se os media podem contribuir através das emissões que realcem o nível de tomada de consciência do grande público, sobre os temas relacionados com a paz, ao respeito dos direitos humanos e da democracia, certos filmes ou sua apresentação podem exacerbar os preconceitos e os sentimentos xenófobos.

Será necessário preparar um guia metodológico ou um manual do professor que refira experiências significativas, assim como as sugestões que visem encorajar outras iniciativas.

Os professores deverão ser encorajados a conhecer e a elaborar eles mesmos, e com os alunos os materiais adaptados às circunstâncias e condições de exercício docente.

VI. AS CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

A) A I.E.C, a mobilização social e a pareceria em torno da Educação cívica

A nascente e a jusante do processo de construção do novo curriculum da Educação cívica, está prevista a mobilização social,

nomeadamente nas acções de relativa envergadura (informação e sensibilização das populações).

O objectivo é suscitar um movimento popular de adesão à educação cívica, para que a mensagem pedagógica encontre um ambiente favorável à sua assimilação e que as questões cívicas sejam apreendidas e tratadas como questões de interesse nacional. No mesmo movimento convém construir verdadeiras sinergias à volta da educação cívica, pondo a contribuição todos os recursos humanos e materiais necessários à sua realização, tanto no plano local, nacional como internacional.

Para este fim, todos os meios de informação, de sensibilização e de mobilização das populações serão postos em acção: emissões rádio-televisivas, spots, cartazes, jornadas nacionais do civismo, campanhas de investimento, criações de círculos cívicos no seio de estabelecimentos, utilização dos comunicadores tradicionais. As parcerias serão feitas na base de convenções explícitas entre os estabelecimentos escolares, os parceiros financeiros e os organismos de apoio.

B) As perspectivas de utilização dos media em matéria de educação para a cultura da paz, cidadania, direitos humanos e democracia

Esta escolha constitui uma das prioridades em África em geral e Guiné-Bissau em particular, sobretudo apoiando-se nos meios de comunicação de massa, por muitas razões tais como a função importante ainda da tradição oral, a elevada proporção de pessoas analfabetas, a elevada taxa de escuta radiofónica, etc.

Esta perspectiva terá todas as chances de desenvolver-se com êxito, na condição de tomar imperativamente em conta as seguintes considerações:

- Privilegiar os programas radiofónicos, tratando de temas que se relacionam com a paz, os direitos humanos e a democracia;
- Realizar estes programas com o apoio de especialistas em comunicação e peritos em ciências sociais associando as ONG's de direitos humanos;
- Apoiar-se nas rádios comunitárias de proximidade através de emissões interactivas;
- Difundir estas informações nas horas de escuta bem estudadas para atingir o alvo, sobretudo os jovens e as mulheres;
- Utilizar as línguas nacionais.

Esta política de introdução da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia no sistema educativo do sector formal e não formal na Guiné-Bissau aguarda, sem dúvida, um avanço significativo em direcção ao desenvolvimento durável almejado.

Convém que para o seu sucesso, associar todas as componentes da sociedade civil, mas também motivar os alunos e professores, apoiar sobre os enormes meios de conteúdos assim como dos materiais didácticos variados que é necessário aperfeiçoar incessantemente a nível dos métodos como das técnicas, enfim é imperativo aumentar as capacidades dos formadores.

Existem numerosos obstáculos: falta de meios, pobreza, desconfiança de certos actores políticos, miséria e crescentes endemias que desviam todas as energias para a sobrevivência, tensões sociais latentes e reais, efeitos negativos da mundialização, efeitos perversos dos programas de ajustamento estrutural, etc. É nestes momentos difíceis de profundas crises, no início do novo milénio, que é necessário mobilizar e sensibilizar a opinião pública, no plano local, regional e nacional, e investir grandemente na educação para a paz, direitos humanos, cidadania e democracia; mais particularmente em direcção aos alunos, mulheres e outros grupos vulneráveis.

VII. A EXPERIMENTAÇÃO, VALIDAÇÃO E GENERALIZAÇÃO

A pesquisa e o desenvolvimento

Os novos problemas exigem novas soluções. Concepção de estratégias favorecendo uma melhor utilização dos resultados de pesquisa, do desenvolvimento de novos métodos e abordagens didácticas, assim como uma melhor coordenação das escolhas dos problemas entre as instituições de pesquisa em ciências sociais e em educação, são indispensáveis para a cultura da paz, da cidadania, direitos humanos e democracia. A eficácia da sua gestão deve ser reforçada através da pesquisa sobre a tomada de decisões de todos os actores do processo educativo (Ministério da Educação, professores, pais e encarregados da educação, etc.). A pesquisa deverá igualmente procurar encontrar os novos meios de mudar as atitudes do público face aos direitos humanos, nomeadamente no que concerne às mulheres e aos problemas ambientais. O desenvolvimento de um sistema de indicadores de resultados, a criação de bancos de dados sobre as experiências inovadoras e o reforço dos sistemas de difusão e de partilha de informação e dos resultados da pesquisa aos nível institucional,

nacional e internacional permitirão sem dúvida melhor avaliar o impacto dos programas educativos.

VIII. SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

Métodos e técnicas de reavaliação da educação para a paz, direitos humanos, cidadania e democracia no sistema educativo da Guiné-Bissau, formal e não formal:

A/ Os objectivos da avaliação

Os objectivos do programa da avaliação da educação para a paz, cidadania, direitos humanos e democracia visam:

- Medir o impacto do programa sobre a escola, a comunidade, os alunos os professores e outros agentes educativos com vista a introduzir os ajustamentos necessários no programa assim como nos métodos e técnicas da sua implementação;
- Apreciar o nível de realização das actividades concretas na escola ou fora dela e verificar se o aluno adquiriu ou não os saberes teóricos, metodológicos e práticos visados por estas actividades.

B/ As estratégias e métodos da avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo da educação e do sistema educativo global, seja sobre os seus produtos. Num caso como noutro as perspectivas devem ser:

Partir na base de um ponto de situação assente sobre as fontes de informação, inquéritos, relatórios de actividades, entrevistas, etc. Identificar os indicadores pertinentes da avaliação do comportamento do aluno, da escola e da comunidade vis-à-vis da paz, dos direitos humanos e da democracia.

A abordagem participativa, fazendo recurso às populações alvo a nascente e a jusante, e alargando o campo da avaliação, incluindo simultaneamente o processo e os resultados é o mais apropriado. Esta avaliação pode revelar mais tendo em conta a multiplicidade dos agentes (escolas, famílias grupos sociais, meios de comunicação de massa, que tem por vezes influências divergentes).

C/As actividades da avaliação

Implementar os meios de avaliação, devendo ser utilizados directamente pelos professores. Por exemplo a elaboração de um guia pedagógico de avaliação do programa constituirá um instrumento didáctico de grande utilidade.

D/Os resultados esperados

Habituar os formadores de todos os níveis a avaliar a eficácia da sua acção (avaliação somática);

Rever periodicamente o programa e os métodos, divulgando regularmente os resultados (avaliação formativa).

Nesta óptica, pode-se legitimamente questionar se o procedimento de avaliação mais utilizado no nosso ensino escolar, nomeadamente a notação sobre a escala numérica de 1 a 20 do desempenho dos alunos como trabalhos escritos, provas escritas ou orais, estão adaptados a situações onde prevalecem as reacções sob formas de comportamento, de atitude e motivações. Nesta questão é recomendada a reflexão aprofundada dos técnicos no domínio da formação e avaliação que são dois temas hoje inseparáveis.

Devemos somente ensinar a paz, os direitos humanos e a democracia? Se não há educação sem ensino, constatamos todavia que podemos ensinar ou instruir sem educar necessariamente. A educação continua o mais poderoso instrumento para promover a tolerância, o respeito da pessoa humana e dos valores democráticos. Esta educação não poderá confinar-se à única situação da sala de aula, sobretudo quando observamos que a maioria das experiências adquiridas por alunos são vividas e partilhadas no interior e fora dos estabelecimentos do ensino.

Colocado no centro de debate, o educador/ professor desempenha o papel insubstituível de correia de transmissão entre a escola e a sociedade plural e multicultural. Para assumir melhor as suas responsabilidades, deve não só gozar de consideração social, mas também estar dotado de uma formação profissional sólida, e dispor de instrumentos pedagógicos apropriados. A eficácia da sua acção resultará de uma intervenção coordenada com os outros agentes educativos que constituem a família e de maneira alargada membros activos daquilo comumente chamado sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Cadre d'Action de Dakar. L'Education Pour tous: tenir nos engagements collectifs, Adopté par le Forum Mondial sur l'Education. Dakar, Senegal, 26-28 Avril 2000.

2. Declaration et cadre d'Action intégré concernant l' Education pour la paix, les droits de l'home et la Democratie, UNESCO, 1999.

3. L'Eudcation á la paix, aux droits de l'homme et á la democratie dans les systemes educatifs ormels et non formels en Afrique: Theories et Pratiques, méthodes, strategies et plan d'Action, BREDA, 1999.

4. Rpport de l'Atelier sous-Regional sur l' integration de l' Education aux drois de l'home culture de la paix et à la democratie dans les plans nationaux de l'Education pour tous, 17-21 Juin 2001, Banjul Gambie.

5. Strategies pour la promotion de l' Education a la paix, aux droits de l'home et a democratie, Dakar BREDA.

6. Nations Unies, projet de plan d'action pour la premiere phase (2005-2007) du Programe mondial en faveur de l'Education aux droits de l'homme. Doc de l' Assemblée general, A/59/525 Rev. 1, 2005.

7. Thierry Malan, La planification de l'Education comme processus social, UNESCO; Institut International de planification de l'education, Belgique, 1986.

8. ArieH Lévy, La Planification du programme scolaire, UNESCO: Institut International de Planification de l' Education, Paris1978.

Parte B – Referencial de competências de Educação para a Cidadania

1- Objectivos terminais de integração no Pré-Escolar e 1ª fase do Ensino Básico (1º Ciclo)

No final desta faixa escolar, o aluno deve, através do seu conhecimento e comportamento:

- 1- Adohtar valores morais, sociais e culturais positivos.
- 2- Aprender os seus direitos e deveres na família e na comunidade.
- 3- Respeitar os lugares públicos e os símbolos nacionais.
- 4- Respeitar as regras elementares de higiene, de segurança e de protecção do ambiente.

Versão preliminar

Competência de base nº 1	Competência de base nº 2	Competência de base nº 3	Competência de base nº 4
1- Adotar comportamentos em relação aos valores morais positivos na família e na comunidade.	2- Aprender os seus direitos e os seus deveres na família e na comunidade.	3- Respeitar os lugares públicos e os símbolos nacionais.	4- Respeitar as regras elementares de higiene, de segurança e de protecção do ambiente.
1.1- Identificar-se na sua família e na sua comunidade. 1.2- Ser honesto, franco, justo, leal, acolhedor e generoso. 1.3- Ser pontual, respeitador, responsável e sociável. 1.4- Adquirir a noção de solidariedade e de entreatajuda.	.2.1- Aceitar as regras de equidade e de partilha. 2.2- Desenvolver o gosto pelo desempenho de tarefas de apoio à família e à comunidade, sem prejuízo do seu direito ao tempo escolar e de lazer.	3.1- Ser respeitador dos símbolos nacionais e lugares públicos.	4.1- Aprender a proteger o seu meio e a proteger-se a si mesmo. 4.2- Participar em pequenos projectos/acções de protecção do meio ambiente.

43

44

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1 – Identificar-se na sua família e na sua comunidade.	O aluno: - Sabe identificar os membros da sua família; - Cumprimenta gentilmente os seus parentes; os seus vizinhos e membros da comunidade; os seus professores e colegas da escola; - Aplica as regras de convivência na família, comunidade e escola; - Reconhece e aceita a diferença.	<ul style="list-style-type: none"> ● Eu e a minha família. ● Cumprimentos na família. ● A minha comunidade. ● Cumprimentos aos vizinhos e aos membros da comunidade. ● Respeito aos vizinhos e aos membros da comunidade. ● A minha escola e os meus companheiros. ● Cumprimentos aos meus professores e os meus companheiros. ● Regras da escola. ● Respeito mútuo na escola. ● Respeito pela diversidade cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de simulações de jogos de papel (<i>role play</i>), levar os alunos a reconhecerem os papéis dos membros da família (protecção, confiança, etc.); a cumprimentarem correctamente e a respeitarem as regras sociais estabelecidas (na família, na comunidade e na escola); ● Criar dinâmicas que fortaleçam a noção de equidade, respeito e solidariedade perante os membros da família, da comunidade, da escola, perante os idosos e os deficientes; ● Partilhar manifestações culturais.
1.2 – Ser honesto, franco, justo, leal, acolhedor e generoso.	O aluno: - Adopta comportamentos positivos face às coisas alheias, às promessas e aos valores morais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Honestidade, lealdade, franqueza e sentido de justiça; generosidade e acolhimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Organizar um teatro no qual sejam salientes aspectos de honestidade, lealdade, franqueza e sentido de justiça.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.3 – Ser pontual, respeitador, responsável e sociável.	O aluno: - Aceita os conselhos dos pais e da família; - Aceita as tarefas incumbidas pelos pais, pelas pessoas idosas e pela comunidade, sem prejuízo do seu tempo escolar e de lazer; - Apresenta-se limpo, bem vestido, penteado; - Respeita as ordens e regras da convivência social; - Respeita os horários da família e da escola.	<ul style="list-style-type: none"> ● Obediência aos parentes, vizinhos e pessoas idosas; ● Modos de apresentação pessoal e ordem, respeito e solidariedade; ● Pontualidade e respeito. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da prática diária na escola, o professor aconselha os seus pupilos a serem respeitosos para com os seus familiares, comunidade e pessoas idosas; ● Partindo de situações do quotidiano, o professor mostra às crianças a necessidade de serem ordeiros e pontuais; e as consequências da falta de ordem e pontualidade na família, escola e comunidade.
1.4 – Adquirir noção de solidariedade e de entreatajuda.	O aluno: - Aplica conhecimentos relativos a solidariedade e entreatajuda para com os colegas, família e comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Noção de solidariedade e de entreatajuda. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de contos levar os alunos a terem noção de importância da solidariedade e da entreatajuda.

45

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Aceitar as regras de equidade e de partilha.	O aluno: - Sabe lidar com os colegas do sexo diferente; - Respeita e aceitar o sexo oposto; - Partilha objectos, espaço, ideias na escola, na família e na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Regras de equidade e partilha. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Tornar o exemplo de uma sala de aula, identificando o número de raparigas e rapazes e, através do método de resolução de problemas, permitir a aquisição da noção e prática de equidade; ● Através de jogos, inculcar nos alunos a noção e prática da partilha.
2.2- Desenvolver o gosto pelo desempenho de tarefas de apoio à família e à comunidade, sem prejuízo do seu direito ao tempo escolar e lazer.	O aluno: - Participa activamente na vida da escola, família e comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Perseverança e gosto pela vida comunitária, compatível com o tempo escolar e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Preparação e apresentação de uma peça de teatro na qual se demonstra o gosto pela vida comunitária.

46

Competências de base Nº 2: Aprender os seus direitos e assumir os seus deveres na família e na comunidade.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1 – Ser respeitador dos símbolos nacionais e lugares públicos	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Distingue as cores da Bandeira Nacional; - Canta o Hino Nacional. - Descreve o Emblema Nacional; - Cuida dos lugares e bens públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A bandeira Nacional e suas cores; ● Hino Nacional; ● Emblema Nacional; ● Noção de lugares e bens públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar a Bandeira Nacional e levar os alunos a identificarem e distinguirem as suas cores. ● Levar os alunos a aprenderem a cantar o Hino Nacional. ● Levar os alunos a observarem e conhecerem o Emblema Nacional e seus componentes. ● A partir da sala de aula e do meio circundante da escola, levar os alunos a reconhecerem os lugares e bens públicos e a protegê-los.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Aprender a proteger o seu meio e a proteger-se a si mesmo.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplica as regras elementares de higiene pessoal; - Cita os comportamentos a evitar; - Conhece os alimentos saudáveis e evita o abuso de alimentos pouco saudáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Higiene pessoal; ● Protecção do meio ambiente; ● Necessidade de ter um quadro de vida sã; ● Alimentação saudável. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de imagens que ilustram situações relativas à higiene e alimentação, levar os alunos a distinguirem os comportamentos favoráveis dos comportamentos a evitar.
4.2- Participar em pequenos projectos de protecção do meio ambiente.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enumera algumas actividades de protecção do ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Iniciativas de manutenção da escola, da casa e do Bairro: <ul style="list-style-type: none"> - Jardinagem - Embelezamento - Limpeza 	<ul style="list-style-type: none"> ● Sensibilizar os alunos, através de visitas a sítios insalubres (não higiénicos) na cidade, bairro e tabanca, sobre a necessidade de higiene do meio e pessoal; ● Levar os alunos a participar em pequenos projectos/actividades de protecção e melhoria do meio circundante, por exemplo na escola ou na sala de aula.

2- Objectivos terminais de integração na segunda fase do Ensino Básico (1º Ciclo)

No final desta faixa escolar, o aluno deve, através do seu conhecimento e comportamento:

- 1- Adotar valores morais, sociais e culturais positivos.
- 2- Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças.
- 3- Apresentar os símbolos da República.
- 4- Apresentar algumas instituições locais (tabanca, secção, sector, e Região).
- 5- Identificar patrimónios elementares da sua localidade.
- 6- Respeitar regras elementares de higiene, segurança e protecção do ambiente.

Versão preliminar

Competências de base da 2ª fase do EB

Competência de base nº 1	Competência de base nº 2	Competência de base nº 3	Competência de base nº 4	Competência de base nº 5
1- Adotar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos na família e na comunidade.	2- Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres, respeitar os outros nas suas diferenças.	3- Apresentar os símbolos da República, algumas instituições republicanas e identificar os elementos do património e da localidade.	4- Resolver as situações e problemas sobre a higiene, a segurança e a protecção do ambiente.	5- Identificar as vantagens da democracia e da paz.
1.1- Respeitar as regras de vida comum, os valores morais, sociais e culturais, positivos na família. 1.2- Respeitar as regras de vida comum, os valores morais sociais e culturais, positivos na escola e na comunidade.	2.1- Enumerar os direitos cívicos, os direitos da criança, o direito à vida, direito à igualdade, e o direito à paz. 2.2- Identificar os princípios de igualdade dos povos.	3.1- Identificar as principais estruturas de organização político-administrativa da Guiné-Bissau. 3.2- Apresentar os símbolos da República: a bandeira nacional, o hino e o emblema. 3.3- Identificar o significado das manifestações culturais, nacionais e festas religiosas.	4.1- Respeitar as regras elementares de higiene, de segurança e de protecção. 4.2- Tomar consciência de alguns problemas da população e do meio ambiente.	5.1- Citar algumas vantagens da democracia (liberdades fundamentais, respeito pelas leis e regulamentos). 5.2- Enumerar alguns elementos sobre a natureza positiva da paz. 5.3- Resolver os conflitos surgidos no seio da escola entre os alunos.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Respeitar as regras de vida comum, os valores morais, sociais e culturais, positivos na família.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprimenta - Respeita - Agradece - É honesto 	<ul style="list-style-type: none"> ● Saudação aos pais, aos avós e a outros membros da família; saudação aos vizinhos; ● Respeito aos pais avós e outros membros da família; ● Agradecimentos aos pais, avós e outros membros da família; ● Importância da verdade e da honestidade para com os pais, avós e outros membros da família. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de factos reais observados e de simulações de jogos de papel, <i>role play</i>, levar os alunos a adoptarem comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos na família.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.2- Respeitar as regras de vida comum, os valores morais sociais e culturais, positivos na escola e na comunidade.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprimenta - Respeita - Agradece - É honesto - Participa em actividades comunitárias - Assiste as pessoas em situações difíceis 	<ul style="list-style-type: none"> ● Saudação aos professores e às professoras, aos colegas, às pessoas idosas e às autoridades; ● Agradecimento; ● Respeito face às pessoas adultas; ● Importância da verdade e da honestidade face à comunidade; ● Participação nas actividades de desenvolvimento comunitário; ● Assistência. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da vida escolar, aprender o gosto pelo estudo, pelo trabalho em colaboração e pela honestidade; ● A partir de factos reais observados e de simulações, levar os alunos a adoptarem comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos na escola e na comunidade.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Enumerar os direitos cívicos, os direitos da criança, o direito à vida, o direito à igualdade, e o direito à paz.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cita e manifesta os seus direitos e deveres - Participa na vida da família e da comunidade - Executa orientações familiares (pequenas tarefas) 	<p>Direitos cívicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Direito à protecção e segurança ● Direito a uma boa alimentação ● Direito à habitação ● Direito à igualdade ● Direito à vida ● Direito à paz ● Direito à educação ● Direito a expressar-se <p>Deveres cívicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Respeito pelos pais ● Participação na vida da família, escola e comunidade. <p>Direitos da criança:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Direito à vida; a um nome; a uma nacionalidade; a uma alimentação saudável; ao amor; à compreensão e à protecção; à igualdade sem discriminação baseada no sexo ou na raça, na religião; à instrução; ao socorro imediato em caso de perigo. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de simulação, de diálogo, de observação, de apresentação de resultados de trabalho de grupo levar os alunos a tomarem consciência dos seus direitos e assumirem os seus deveres; ● A partir de observações e de jogos de papel, <i>role play</i>, de apresentação de resultado do trabalho de grupo levar os alunos a tomarem consciência dos seus direitos e assumirem os seus deveres; ● Exploração dos direitos da criança através da expressão plástica, musical, artística, etc.

53

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
		<p>Deveres da criança:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Assistência aos colegas, aos pais, às pessoas em situação difícil, aos doentes, às pessoas idosas; ● Estudar; ● Participação na vida da comunidade. 	
2.2- Identificar os princípios de igualdade dos povos.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cita alguns princípios de igualdade entre os povos 	<p>Princípios da igualdade dos povos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Aceitação do outro não obstante as suas diferenças 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de simulação de jogos de papel, <i>role play</i>, de diálogo levar os alunos a respeitarem os princípios de igualdade entre os povos.

54

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Identificar as principais estruturas de organização político-administrativa da Guiné-Bissau.	O aluno: - Cita diferentes instituições locais - Explica sumariamente a sua organização	Organização político-administrativa: ● Tabanca ● Secção ● Sector ● Região ● Província	● A partir de acontecimentos, de imagens, de documentos oficiais, jornais e contos, levar os alunos a descobrirem a existência e o funcionamento das instituições político-administrativas.
3.2- Apresentar os símbolos da República: a bandeira nacional, o hino e o emblema.	O aluno: - Reconhece os símbolos da República - Apresenta a Bandeira Nacional - Adopta uma atitude correcta perante a Bandeira - Canta o Hino Nacional - Enuncia a divisão nacional	O Hino Nacional: ● Cântico e interpretação; ● Atitude a adoptar quando toca o Hino Nacional (ficar de pé, em silêncio ou a cantar o hino); A Bandeira Nacional: ● Disposição, dimensões e sentido das cores; ● Atitude a adoptar perante a Bandeira (ficar de pé, ficar de frente para a bandeira, em sentido de silêncio, não rasgar nem sujar, não deixar cair no chão nem amarrotar a bandeira); ● O emblema; ● A divisa (Unidade, Luta e Progresso).	● A partir de situações concretas, de simulações levar os alunos a respeitarem a Bandeira Nacional, a cantar o Hino Nacional, no içar e no arrear da Bandeira na sala de aula; ● A partir de leitura de documentos oficiais, de edifícios públicos, levar os alunos a identificarem a divisa nacional.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.3- Identificar o significado das manifestações culturais, nacionais e festas religiosas.	O aluno: - Partilha manifestações culturais - Cita e interpreta as datas das manifestações nacionais - Cita e interpreta as datas das festas religiosas	Manifestações Culturais: ● Danças, música, contos tradicionais, etc. Manifestações Nacionais: ● 24 de Setembro (Dia da República) ● 20 de Janeiro (Dia dos Heróis Nacionais) ● 30 de Janeiro (Dia Nacional das Mulheres Guineenses) ● 25 de Maio (Dia de África) ● 03 de Agosto (Comemoração do Massacre de Pindjiguiti) Festas Religiosas: ● 25 de Dezembro (Dia de Natal) ● Festa do Ramadão ● Festa do Tabaski ● 02 de Novembro (Dia de defuntos)	● Apresentação da diversidade cultural da Guiné-Bissau através de danças, música, contos tradicionais, etc.; ● Apresentações de imagens e cartazes (placar), levar os alunos a identificarem as manifestações nacionais e religiosas.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Respeitar as regras elementares de higiene, de segurança e de protecção.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colabora na manutenção da higiene da casa, do bairro e da escola - Conhece formas de protecção do ambiente (riscos e acções positivas) - Conhece e respeita as regras de segurança da estrada 	<p>Higiene e limpeza da habitação, da escola e do bairro:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Manutenção da casa (manuseamento apropriado de detergentes, vassouras e outros); ● Manutenção de um recinto (regar, varrer, recolher o lixo, etc...); ● Utilização de um depósito de lixo (deitar o lixo no depósito, evitar brincar perto do depósito de lixo, esvaziar o depósito de lixo e a sua manutenção); <p>Cuidados a observar pelos alunos em situações de trânsito:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cuidado na travessia da estrada (olha à direita e à esquerda antes de atravessar uma rua, utilizar passadeira, etc.); 	<ul style="list-style-type: none"> ● Observação e discussão de uma casa limpa; Exercícios de limpeza de uma sala de aula; Exercício de limpeza do recinto escolar; Exercício de utilização de depósito de lixo; ● A partir de vistas educativas, de simulação, de imagens de cartazes, levar os alunos a respeitarem as regras elementares de circulação na estrada.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
		<ul style="list-style-type: none"> ● Cuidado ao longo da trajectória a pé para escola (andar no passeio); ● Respeitar as placas de sinalização; ● Não jogar, nem brincar perto da estrada; ● Respeita as indicações dos agentes de trânsito e as luzes de sinalização (semáforo, quando existe); ● Andar sempre em sentido contrário ao da viatura. 	

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.2- Tomar consciência de alguns problemas da população e do meio ambiente.	<p>O aluno toma consciência de alguns problemas da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Define promiscuidade - Descreve as manifestações de promiscuidade - Explica as consequências da promiscuidade - Propõe soluções - Enuncia uma simples regulamentação da promiscuidade <p>O aluno toma consciência de alguns problemas ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Define as queimadas - Cita as consequências das sobre o meio ambiente - Explica as consequências do derrube abusivo das árvores - Participa nas campanhas de reflorestação 	<p>Problemas populacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Consequências da promiscuidade ● Insalubridade ● Riscos de doenças ● Insegurança ● Soluções possíveis (simples regulamentação) <p>Ambiente: projecto de manutenção da escola e da casa</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Embelezamento ● Limpeza ● Jardinagem ● Vedação ● Noção de desflorestação (queimadas incontroladas das florestas e derrube abusivo das árvores) ● Consequências da desflorestação (poluição do ar, seca, empobrecimento do solo, baixa produção agrícola e animal, desflorestação, desaparecimento de pontos de água, erosão). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Simulação de uma família vivendo numa situação de promiscuidade; ● Um chefe de família, duas mulheres, seus filhos, um quarto e uma casa de banho comum, etc.; ● Recensar todos os perigos ligados à vida desta família, buscar e propor soluções possíveis; ● Concertação na escola e em casa para a implementação de um projecto com os alunos; ● Divisão de tarefas, reuniões regulares para assegurar o seguimento do projecto; ● A partir de vista de estudo, de uma entrevista, de observação de imagens ou de cartazes levar os alunos a definirem as queimadas, a enumerarem as suas consequências para o ambiente.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
5.1- Citar algumas vantagens da democracia (liberdades fundamentais, respeito pelas leis e regulamentos).	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cita algumas vantagens de democracia - Participa em actos de democracia - Aceita e cumpre as regras elementares da democracia 	<ul style="list-style-type: none"> ● Noção e conceito de democracia. (Todos os cidadãos gozam de liberdade e de direitos iguais assegurados pela Constituição. Todos os cidadãos têm direito de participar na vida política do seu país, escolhendo os seus governantes através de votos nas eleições) ● Tolerância (saber respeitar a vitória e a derrota do outro). 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de exemplos concretos, da escolha dos responsáveis de turma levar as crianças a terem a noção de democracia e tolerância; ● A partir de diálogo levar os alunos a darem exemplos sobre as eleições realizadas no país.
5.2- Enumerar alguns elementos sobre a natureza positiva da paz.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cita alguns exemplos de situações de paz (tranquilidade, sossego e desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Noção e conceito de Paz (a Paz concebe-se como a situação de um país que não está em guerra, é a rejeição da violência sob todas as formas e luta contra discriminação e exclusão). 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir do diálogo e interpretação de imagens e cartazes levar os alunos a enumerarem alguns elementos sobre a natureza da paz.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
5.3- Resolver os conflitos surgidos no seio da escola entre os alunos.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica alguns exemplos de conflito - Enumera alguns aspectos de resolução de conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> ● Noção de conflito (existência de situação de desentendimento entre pessoas, países e outros). ● Resolução de conflito através de: <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de dialogo - Perdão - Cedência - Tolerância 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de simulações de situações de conflito entre dois alunos numa sala de aula, levar os alunos a resolverem a referida situação.

3- Objectivos terminais de integração na terceira fase do Ensino Básico (2º Ciclo)

No final desta faixa escolar, o aluno deve, através do seu conhecimento e comportamento:

- 1- Adotar valores morais, sociais e culturais positivos.
- 2- Respeitar os outros nas suas diferenças, prevenir e resolver conflitos.
- 3- Apresentar as instituições republicanas, as leis e os regulamentos da Guiné-Bissau.
- 4- Identificar alguns elementos do património nacional e internacional.
- 5- Resolver situações/problemas do seu meio ambiente, baseando-se em regras apropriadas.

Versão preliminar

Competência de base nº 1	Competência de base nº 2	Competência de base nº 3	Competência de base nº 4	Competência de base nº 5
1- Adoptar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais.	2- Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças.	3- Identificar algumas instituições republicanas, organizações sub-regionais e elementos do património da humanidade.	4- Resolver as situações problema do seu meio ambiente, baseando-se em regras de prevenção sanitária, rodoviária e de protecção da natureza.	5- Identificar o papel da democracia no desenvolvimento
1.1- Conhecer e proteger o seu quadro de vida (escola, bairro, região e país).	2.1- Participar na luta contra todas as formas de discriminação. 2.2- Identificar e manusear textos relativos aos direitos da criança da mulher, dos refugiados e deslocados.	3.1- Identificar instituições republicanas. 3.2- Respeitar leis e regulamentos da Guiné-Bissau. 3.3- Participar na protecção do património da humanidade. 3.4- Enumerar as organizações sub-regionais africanas e internacionais.	4.1- Adoptar um comportamento responsável face à insalubridade em casa, na escola e nos lugares públicos. 4.2- Respeitar algumas regulamentações de protecção da escola e do meio ambiente. 4.3- Tomar consciência dos perigos da circulação rodoviária para adoptar um comportamento responsável. 4.4- Participar em pequenos projectos de melhoramento do ambiente.	5.1- Definir o papel dos média na promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Conhecer e proteger o seu quadro de vida (escola, bairro, região e país).	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplica algumas normas sociais e culturais - Agradece - Explica o seu reconhecimento, a sua alegria, o seu espanto, o seu arrependimento, a sua decepção e desolação - Apresenta condolências - Opta pela honestidade, lealdade e verdade <p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Define o casamento - Explica o decurso de um casamento (civil, religioso e tradicional) - Explica as consequências negativas do casamento precoce <p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Define parentesco por afinidade - Explica os seus fundamentos e o seu papel social. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Normas sociais: <ul style="list-style-type: none"> - honestidade, verdade e lealdade ● Conhecimento do regulamento da escola (vida na escola impõe regras que um bom aluno deve respeitar) ● Agradecimento/reconhecimento: <ul style="list-style-type: none"> - Expressar alegria - Saber expressar arrependimento, lamentação, decepção, compaixão e desolação face à infelicidade e à pena na família, na escola e na comunidade; cumprimentos aos pais em momentos apropriados - Saber apresentar condolências ● Significado do casamento: <ul style="list-style-type: none"> - Decurso da cerimonia de um casamento civil, religioso e tradicional - Consequências do casamento precoce ● Parentesco por afinidade: <ul style="list-style-type: none"> - Definição - Papel e princípios (confiança, protecção, etc.) - Testemunho de coexistência pacífica ancestral - Respeito pelo trabalho dos outros 	<ul style="list-style-type: none"> ● Recenseamento do comportamento de um aluno assíduo, aplicado e pontual na escola, honesto, sincero e leal; ● A partir de simulação de uma situação de alegria (cerimónia de casamento, de baptismo, etc.) ou de infelicidade, de doença, de falecimento de acidente etc. na família, levar os alunos a respeitarem os valores morais, sociais e culturais positivos; ● A partir de uma história ou de um relato, do decurso de um casamento com consequências negativas levar os alunos a tomarem consciência dos problemas do casamento precoce; ● A partir de situações concretas, diálogo e exemplos, leva-los a definirem o parentesco por afinidade, explicarem o seu papel e os seus princípios e respeitarem os outros.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Participar na luta contra todas as formas de discriminação.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhece uma situação de discriminação e combate contra as formas de discriminação - Exorta aos outros a serem pacientes, e tolerantes - Aceita as diferenças e divergências de opiniões - Contribui para o bem-estar familiar, comunitário e nacional - Indica o que é necessário fazer para reconciliar dois colegas em conflito - Identifica conflitos existentes e aprende a resolvê-los de uma forma positiva, sem reagir à violência com violência 	<ul style="list-style-type: none"> ● Respeito pelas diferenças: <ul style="list-style-type: none"> - Racial - Étnica - Sexual - Laboral - Religiosa - Cultural - Política ● Malefícios de uma discriminação: <ul style="list-style-type: none"> - Implicação activa na vida familiar, comunitária e nacional - Defesa das ideias de dignidade ● Implicação na gestão preventiva de conflitos através de mediações, reconciliação, sensibilização na escola e na comunidade. ● Sensibilização aos conflitos existentes na sub-região e à importância da Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Organização de debates de sensibilização relativamente aos malefícios da discriminação racial, étnica, sexual, laboral, religiosa, cultural e política; ● Realização de jogos de papeis (<i>Role play</i>) sobre o tema da participação activa na vida da família e do país; ● Organização de ateliers com vista à promoção da Paz; ● A partir de escolha de contos ou relatos, de simulações, de trabalhos em grupo, de emissões rádio-televisivas, levar os alunos a promoverem a cultura da Paz.

65

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.2- Identificar e manusear textos relativos aos direitos da criança, da mulher, dos refugiados e deslocados.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica os direitos e deveres da criança - Identifica os direitos da mulher - Respeita a equidade de género - Conhece textos fundamentais relativos aos direitos humanos, designadamente a <i>Convenção dos Direitos da Criança</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos da criança <ul style="list-style-type: none"> - Direito à vida, a um nome, a uma nacionalidade, a uma alimentação sã, ao amor, compreensão e protecção, à igualdade sem discriminação baseada na raça, religião e no sexo, direito à instrução, o lazer, o socorro imediato em caso de perigo. ● Deveres da criança <ul style="list-style-type: none"> - Protecção dos bens do outro, dos bens públicos, participação nas diferentes actividades da comunidade e da nação; amor, enquadramento e apoio aos familiares; participação nas actividades da família. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de leitura de textos, documentos, diálogo levar os alunos a identificarem e a manusearem textos/ folhetos relativos aos direitos da criança, da mulher, dos refugiados e deslocados.

66

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
		<ul style="list-style-type: none"> ● Equidade de género e direitos da mulher <ul style="list-style-type: none"> - Direito à não discriminação, à igualdade, à dignidade e honra, à vida, segurança e protecção, à liberdade de pensamento, à opinião, a um nível de vida digno e humano: à saúde, educação, alimentação habitação e vestuário, direito ao trabalho e protecção contra o desemprego, ao salário justo, e ao salário igual ao do homem quando realiza igual trabalho; direito de organizar-se em sindicatos, partidos políticos, associações ou grupo de mandjuandade. ● Os direitos e deveres dos refugiados e deslocados 	<ul style="list-style-type: none"> ● Dialogar sobre práticas tradicionais, familiares, sociais e políticas que fomentem o respeito pelos direitos das crianças, das mulheres, dos refugiados e deslocados.

67

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Identificar instituições republicanas.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece e respeita as instituições republicanas - Explica a estrutura e o papel das instituições republicanas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Estrutura o papel das instituições republicanas: <ul style="list-style-type: none"> - O Presidente da República e o Governo - Assembleia Nacional Popular - Supremo tribunal de Justiça - Conselho de estado - Respeito pelas instituições republicanas 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de contos e relatos de jogos de papéis (<i>Role play</i>), de trabalhos de grupo, levar os alunos a citarem as instituições republicanas, a explicarem a sua estrutura e papel, e a respeitarem-nas.
3.2- Respeitar leis e regulamentos da Guiné-Bissau.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece e respeita as principais fontes das regras de funcionamento do país 	<ul style="list-style-type: none"> ● Noção da Constituição da República, das leis e dos regulamentos. ● Referência a algumas leis e regulamentos <ul style="list-style-type: none"> - Lei Eleitoral - Lei de Imprensa - Lei da Greve - Regulamento dos estabelecimentos escolares 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de contos e relatos, de jogos de papéis (<i>Role play</i>), de trabalhos de grupo levar os alunos a terem a noção e a respeitarem a constituição, as leis e regulamentos.

68

Competências de base Nº 3: Identificar algumas instituições republicanas, organizações sub-regionais e elementos do património da humanidade.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.3- Participar na protecção do património da humanidade.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indica a natureza do património nacional e mundial - Conhece elementos do património nacional e mundial - Situa o património existente na sua localidade e na sua região - Respeita e protege o património nacional e mundial 	<ul style="list-style-type: none"> ● Definição do património nacional e da humanidade. ● Identificação dos seus elementos a nível local, regional (escolas, ruas, centros de saúde mesquitas, igrejas, edifícios, fontanários, monumentos históricos). ● Respeito e protecção do património nacional e mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de visitas de estudo, de relatos, de leitura de documentos levar os alunos a respeitarem e a protegerem o património nacional e mundial.
3.4- Enumerar as organizações sub-regionais africanas e internacionais.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enumera as instituições sub-regionais africanas - Identifica as Agências das Nações Unidas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Organização sub-regionais: <ul style="list-style-type: none"> - CEDEAO - SADEC - Magreb - África Oriental - África Central ● Organizações internacionais: <ul style="list-style-type: none"> - ONU - Agências das Nações Unidas (PNUD, UNESCO, UNICEF, FNUAP, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através da leitura de documentos, visitas, observação de fotografias, diálogo, levar os alunos a identificarem as instituições de carácter político, económico e social (nacionais, sub-regionais e internacionais).

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Adotar um comportamento responsável face à insalubridade em casa, na escola e nos lugares públicos.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colabora na manutenção e limpeza da casa, da sala de aula, da escola e do recreio - Utiliza convenientemente o depósito de lixo, em casa, na sala de aula e na escola - Respeita o processo de manutenção e tratamento do lixo - Participa nas actividades comunitárias, de limpeza dos lugares públicos - Relaciona insalubridade com doenças endémicas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Asseio da casa, da sala de aula e da escola: utilização apropriada de detergentes, da vassoura, escovas, etc.; ● Asseio do espaço circundante (recolha de lixo); ● Utilização de depósitos de lixo (meter o lixo nos respectivos depósitos), evitar brincadeira à volta do lixo, esvaziar a tempo e fazer a manutenção; ● Saneamento de lugares públicos; ● Cólera, Malária 	<ul style="list-style-type: none"> ● Observação e descrição de uma sala de aula asseada, de um recinto asseado ou de uma escola asseada; ● Exercícios de limpeza do recreio da escola; ● A partir de actos concretos mostrar a utilização de depósito de lixo na sala de aula, na escola e em casa; ● Sensibilização para o tratamento de lixo e organização de sessões de limpeza; ● Campanhas de informação sobre doenças endémicas.

Competências de base Nº 4: Resolver as situações problema do seu meio ambiente, baseando-se em regras de prevenção sanitária, rodoviária e de protecção da natureza.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.2- Respeitar algumas regulamentações de protecção da escola e do meio ambiente.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica e respeita o regulamento interno da escola - Explica o regulamento interno - Cita e explica algumas regras elementares da protecção do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> ● Regulamento interno da escola: <ul style="list-style-type: none"> - As diversas rubricas e sua importância; - Necessidade de o respeitar e cumprir. ● Regulamento elementar relativo ao ambiente: <ul style="list-style-type: none"> - A importância de respeitar a regulamentação; - Participação no embelezamento e manutenção da concessão e do pátio da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Organização e planificação de saída educativa a volta de um fontanário tratado e junto de um curso de água (sessão de sensibilização sobre a protecção e asseio de um fontanário); ● Trabalho à volta de regulamento interno da escola; ● Observação de um sistema de evacuação de água usada e desenho da maquete pelos alunos; ● Sessões de sensibilização sobre comportamentos a adoptar.

71

72

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.3- Tomar consciência dos perigos da circulação rodoviária para adoptar um comportamento responsável.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explica o sentido dos sinais de sinalização rodoviária - Conhece as regras elementares da circulação rodoviária - Respeita essas regras a quando circula na rua 	<ul style="list-style-type: none"> ● Sinais de trânsito: <ul style="list-style-type: none"> - Lugares previstos para travessia de uma rua pelo pião, pelo ciclista e pelo veículo. ● Comportamento a adoptar: <ul style="list-style-type: none"> - Não brincar na rua, ser prudente, assistir os mais pequenos ou velhos na travessia da rua. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenho e confecção de sinais de sinalização utilizando cartolinas. ● Simulação de uma situação de circulação rodoviária no pátio da escola.
4.4- Participar em pequenos projectos de melhoramento do ambiente.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participa em campanha de plantação de árvores nos lugares públicos - Participa na protecção de espécies vegetais - Participa na protecção de espécies de animais ameaçados - Reconhece e protege a riqueza ambiental da sub-região e do país 	<ul style="list-style-type: none"> ● Zonas protegidas; ● Animais e plantas protegidas; ● Participação na reflorestação dos lugares públicos; ● Participação na protecção de essências vegetais (bissilão, mancone, etc); ● Participação na protecção de espécies de animais ameaçados (elefante, hipopótamo, tartarugas, Manatin (Pis Bus)). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Leitura de textos sobre a protecção da fauna e da flora; ● Organização de uma sessão de reflorestação de lugares públicos; ● Organização de inquéritos e visitas de estudo com vista a identificar espécies vegetais e animais em vias de extinção; ● Observação de imagens de espécies em vias de extinção (denominadas).

Competências de base Nº 5: Identificar o papel da democracia no desenvolvimento.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
5.1- Definir o papel dos média na promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos.	O aluno: - Identifica os média - Cita o papel dos medias na Paz, democracia e direitos humanos.	<ul style="list-style-type: none">● Papel dos média● Sensibilização● Difusão● Informação● Formação	<ul style="list-style-type: none">● Através de actos concretos, imagens, cartazes, comícios políticos televisivos e radiodifundidos levar os alunos a identificarem os média e o seu papel na paz, democracia e direitos humanos.

4- Objectivos terminais de integração na quarta fase do Ensino Básico (3º ciclo)

No final desta faixa escolar, o aluno deve, através dos seus conhecimentos e comportamento:

- 1- Adoptar valores morais, sociais e culturais positivos.
- 2- Respeitar os outros nas suas diferenças, prevenir e resolver conflitos.
- 3- Apresentar Instituições Republicanas, as leis e os valores da democracia.

Versão preliminar

Competência de base nº 1	Competência de base nº 2	Competência de base nº 3	Competência de base nº 4
1- Adotar comportamentos em relação aos valores morais, sociais e culturais positivos no quadro da vida da família e da sociedade.	2- Exercer seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças com vista a prevenir e resolver conflitos.	3- Identificar as instituições republicanas.	4- Identificar o papel da democracia no desenvolvimento.
1.1- Respeitar valores morais, sociais e culturais positivos, na família e na sociedade. 1.2- População e vida familiar. 1.3- Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1.4- População e género.	2.1- Fazer prova do espírito de tolerância, da dignidade, de solidariedade, de entreaajuda, de equidade na família, na escola e na comunidade. 2.2- Gerir pacificamente conflitos. 2.3- População e ambiente.	3.1- Distinguir as diversas instituições republicanas (Presidente da República, poder legislativo; poder executivo e o poder judiciário). 3.2- Distinguir as estruturas administrativas locais e sociedades tradicionais.	4.1- Tomar consciência dos valores da democracia. 4.2- Obedecer às leis, respeito à ordem social. 4.3- Cumprir os direitos e deveres de cidadania.

75

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Respeitar valores morais, sociais e culturais positivos, na família e na sociedade.	O aluno: - Cita elementos indispensáveis na escolha de parceiros - Enumera os deveres dos parceiros	<ul style="list-style-type: none"> ● Escolha de parceiros: <ul style="list-style-type: none"> - Liberdade e não imposição - Amor (amizade) - Idade ● Deveres dos parceiros: <ul style="list-style-type: none"> - Ser fiel e honesto - Ser tolerante - Ser leal e respeitar o outro 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de situações concretas, de relatos, de exemplos, de diálogo, levar os alunos a respeitarem os valores morais, sociais e culturais positivos na família e na sociedade.
1.2- População e vida familiar.	O aluno: - Compreende que o casamento obrigatório e a gravidez precoce afecta a escolarização dos adolescentes e jovens - Reconhece que a paternidade e maternidade imaturas interferem na qualidade de vida da família	<ul style="list-style-type: none"> - Consequências nefastas do casamento obrigatório e da sexualidade precoce 	<ul style="list-style-type: none"> ● Comparação de histórias de vida; ● Dialogo sobre sexualidade saudável

76

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.3- Saúde sexual e saúde reprodutiva.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece formas e vantagens de planeamento familiar - Conhece comportamentos sexuais de risco e formas de prevenção das DST (doenças sexualmente transmissíveis) e do VIH/SIDA - Conhece as consequências nefastas da excisão 	<ul style="list-style-type: none"> ● Vantagens do planeamento familiar: <ul style="list-style-type: none"> - Contribui para a saúde da mãe e da criança; - Melhora a qualidade de vida familiar; - Evita gravidezes não desejadas, etc.; ● Formas de planeamento familiar: <ul style="list-style-type: none"> - Métodos contraceptivos; ● Problemas associados a comportamentos sexuais de risco: <ul style="list-style-type: none"> - Contribuem para a propagação das DST e do HIV/SIDA; ● Formas de prevenção das DST: <ul style="list-style-type: none"> - Preservativo; comportamento sexual responsável; acompanhamento e aconselhamento médico; ● Problemas associados à excisão: <ul style="list-style-type: none"> - Infecções; - VIH/SIDA; - Mortalidade materno-infantil; - Saúde da mulher; - Despesa com tratamentos de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Convidar elementos de instituições ligadas à saúde e ao planeamento familiar para informarem e sensibilizarem a comunidade escolar.

77

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.4- População e género.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreende o conceito de equidade de género - Identifica situações de desrespeito pela equidade de género 	<ul style="list-style-type: none"> ● Questões relacionadas com a equidade de género: <ul style="list-style-type: none"> - A autonomia da mulher contribui para o planeamento familiar e para a melhoria da vida social (afastamento da pobreza) - Desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres - Obstáculos à escolarização e ao sucesso escolar das raparigas - Mutilação genital feminina; - Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Debate sobre as práticas tradicionais e atitudes familiares e sociais que constituem obstáculos à escolarização das raparigas.

78

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Respeitar valores morais, sociais e culturais positivos, na família e na sociedade.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enuncia o conceito de união - Cita os tipos de união - Enuncia os deveres dos casais 	<ul style="list-style-type: none"> ● União de pares: <ul style="list-style-type: none"> - Conceito: decisão de se unirem na base de uma compreensão e respeito mútuos ● Tipos de União: <ul style="list-style-type: none"> - Casamento civil - Casamento Religioso - Casamento tradicional - União de facto ● Deveres dos casais: <ul style="list-style-type: none"> - Partilha de responsabilidades - Fidelidade - Lealdade, honestidade - Tomada de decisão conjunta - Respeito aos familiares 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de situações concretas de relatos, de exemplos de diálogos, levar os alunos a respeitarem os valores morais, sociais e culturais positivos na família e na sociedade.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.2- População e vida familiar.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreende que o exercício dos seus direitos de saúde sexual e reprodutiva influencia a sua saúde em geral e o seu percurso de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos de saúde sexual e reprodutiva: <ul style="list-style-type: none"> - Direito ao planeamento; - Direito à contraceção; - Direito à saúde; - Direito à liberdade e segurança (recusar a excisão); - Direito à vida (minimizar a mortalidade); - Direito à vida privada e à vida familiar; ● Deveres de saúde sexual e reprodutiva: <ul style="list-style-type: none"> - Higiene do corpo, nomeadamente dos órgãos sexuais; - Fidelidade ao parceiro/parceira; - Saber dizer não quando não houver sexo seguro. 	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Brainstorming</i> sobre os direitos e deveres de saúde sexual e reprodutiva e sobre a sua implicação na vida familiar e na população; ● Desenvolver campanhas de informação e sensibilização.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.3- Saúde sexual e saúde reprodutiva.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece formas e vantagens de planeamento familiar - Conhece comportamentos sexuais de risco e formas de prevenção das DST (doenças sexualmente transmissíveis) e do VIH/SIDA - Conhece as consequências nefastas da excisão. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Vantagens do planeamento familiar: <ul style="list-style-type: none"> - Contribui para a saúde da mãe e da criança; - Melhora a qualidade de vida familiar; - Evita gravidezes não desejadas, etc.; ● Formas de planeamento familiar: <ul style="list-style-type: none"> - Métodos contraceptivos; ● Problemas associados a comportamentos sexuais de risco: <ul style="list-style-type: none"> - Contribuem para a propagação das DST e do HIV/SIDA; ● Formas de prevenção das DST: <ul style="list-style-type: none"> - Preservativo; - comportamento sexual responsável; - acompanhamento e aconselhamento médico; ● Problemas associados à excisão: <ul style="list-style-type: none"> - Infecções; - VIH/SIDA; - Mortalidade materno-infantil; - Saúde da mulher; - Despesa com tratamentos de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Convidar elementos de instituições ligadas à saúde e ao planeamento familiar para informarem e sensibilizarem a comunidade escolar; ● Pesquisar sobre as consequências das DST na vida individual e social; ● Discutir formas de combate à discriminação de pessoas com HIV/SIDA.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.4- População e género.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreende o conceito de equidade de género - Identifica situações de desrespeito pela equidade de género 	<ul style="list-style-type: none"> ● Questões relacionadas com a equidade de género: <ul style="list-style-type: none"> - A autonomia da mulher contribui para o planeamento familiar e para a melhoria da vida social (afastamento da pobreza) - Desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres - Falta de acesso das mulheres aos órgãos de decisão - Obstáculos à escolarização e ao sucesso escolar das raparigas - Mutilação genital feminina; - Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Debate sobre as praticas tradicionais e atitudes familiares e sociais que constituem obstáculos à escolarização das raparigas; ● Pesquisar e apresentar casos de mulheres, africanas e não africanas, que superaram os estereótipos sociais e conquistaram autonomia e sucesso na sua vida pessoal ou profissional.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Respeitar valores morais, sociais e culturais positivos, na família e na sociedade.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cita as causas do divórcio - Enumera as consequências do divórcio 	<ul style="list-style-type: none"> ● Casamento: direitos e deveres ● Divórcio: <ul style="list-style-type: none"> - Causas, prevenção e consequências ● Causas possíveis para o divórcio: <ul style="list-style-type: none"> - Falta de observância dos deveres dos casais - Questões económicas - Casamento precoce - Imaturidade - Falta de diálogo ● Prevenção do divórcio: <ul style="list-style-type: none"> - Associação à observação das causas ● Consequências do divórcio: <ul style="list-style-type: none"> - Ruptura familiar - Alteração de comportamento nos filhos (agitação, baixo rendimento escolar, etc.) - Problemas afectivos e emocionais ● Gestão de conflitos no processo de divórcio: <ul style="list-style-type: none"> - Diálogo, respeito entre as partes e com os filhos e família. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de situações concretas de relatos, diálogos, de exemplos levar os alunos a respeitarem os valores morais, sociais e culturais positivos na família e na sociedade.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.2- População e vida familiar.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica a relação entre a gestão da vida familiar e a poligamia. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Conceitos: <ul style="list-style-type: none"> - Poligamia/ Monogamia; - Família pequena/ família numerosa; ● Poligamia: <ul style="list-style-type: none"> - Aumenta o tamanho e as necessidades da família; - Faz com que muitas vezes com que os pais não consigam satisfazer as necessidades em relação a: vestuário, assistência médica, habitação, educação dos filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Debate sobre a Poligamia; ● Debate sobre a Poligamia na sociedade tradicional e rural Vs Poligamia na sociedade contemporânea e urbana.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.3- Saúde sexual e saúde reprodutiva.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreende o alcance da luta contra a VIH/SIDA; - Compreende o impacto da VIH/SIDA nos indivíduos e nas comunidades; - Luta contra a discriminação dos doentes com HIV/SIDA. 	<p>● Luta contra o VIH/SIDA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informação; - Prevenção; - Sensibilização; <p>● Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No indivíduo: discriminação dos colegas e amigos, falta de assistência familiar e de meios económicos e financeiros, abandono escolar e de emprego; - Na família: problemas económicos e financeiros, pobreza, riscos de infecção, extinção da família, falta de assistência médica e medicamentosa; - Na comunidade: rejeição por parte de amigos e vizinhos, falta de assistência pelo medo de contrair a doença, exclusão de cerimónias tradicionais, festas e outros acontecimentos, falta de emprego e elevada taxa de mortalidade; <p>● Combate à discriminação dos doentes com VIH/SIDA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Envolvimento em campanhas de informação e prevenção do VIH/SIDA; ● Envolvimento em campanhas de sensibilização contra a discriminação; ● Exploração de cartazes; palestras; pontos de informação; debate público.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.4- População e género.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreende o conceito de equidade de género - Identifica situações de desrespeito pela equidade de género - Conhece a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher 	<p>● Questões relacionadas com a equidade de género:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A autonomia da mulher contribui para o planeamento familiar e para a melhoria da vida social (afastamento da pobreza) - Desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres - Falta de acesso das mulheres aos órgãos de decisão - Obstáculos à escolarização e ao sucesso escolar das raparigas - Mutilação genital feminina - Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Debate sobre as vantagens e desvantagens do sistema de quotas e da discriminação positiva; ● Análise e exploração da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Fazer prova do espírito de tolerância, da dignidade, de solidariedade, de entreatajuda, de equidade na família, na escola e na comunidade.	O aluno: - Identifica os elementos da dignidade - Explica o significado de tolerância - Enumera os elementos da sociedade e entreatajuda	<ul style="list-style-type: none"> ● Elementos de dignidade na família e na escola: <ul style="list-style-type: none"> - Nobreza de carácter - Integridade - Merecedor de respeito ● Elementos de tolerância: <ul style="list-style-type: none"> - Atitude de respeito pelas opiniões dos outros, pela compreensão com as suas eventuais fraquezas ● Solidariedade e entreatajuda: <ul style="list-style-type: none"> - No trabalho; na vida familiar e comunitária; na escola; - Na ocorrência de uma calamidade (fome, doença, cheias, queimadas, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de diálogo, de situações concretas na sala de aula, levar os alunos a provarem e a tomarem consciência sobre os aspectos de tolerância, de dignidade, de solidariedade e de entreatajuda na escola e na família.
2.2- Gerir pacificamente conflitos	O aluno: - Indica o que se deve fazer para atenuar e acaba com conflitos entre familiares, companheiros e vizinhos	<ul style="list-style-type: none"> ● Gestão preventiva de conflitos na escola, na família e na comunidade ● Mediação e reconciliação 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da organização de trabalhos de grupo com vista à gestão preventiva e a mediação de conflitos na escola, na família e na comunidade, levar os alunos a adquirirem o espírito e hábitos de gerir conflitos.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.3- População e ambiente.	O aluno: - Reconhece a falta de saneamento básico, a proliferação de lixo e a poluição do ambiente como situações geradoras de conflito na comunidade - Analisa como as comunidades e as entidades nacionais podem gerir e prevenir conflitos ambientais e doenças endémicas	<ul style="list-style-type: none"> ● Conflitos ambientais: <ul style="list-style-type: none"> - Exploração abusiva das florestas e da fauna - Extinção de espécies animais e vegetais - Desequilíbrio dos ecossistemas - Poluição - Doenças endémicas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar clubes do ambiente; ● Realizar campanhas de informação e sensibilização para a prevenção de conflitos ambientais; ● Criar e implementar projectos de protecção do meio ambiente; ● Pesquisar sobre os problemas ambientais nacionais, sub-regionais e globais; ● Identificar entidades locais, nacionais e internacionais ligadas ao ambiente; ● Participar em acções de limpeza e protecção do ambiente.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Fazer a prova de espírito de tolerância, da dignidade, de solidariedade, de entreatajuda, de equidade na família, na escola e na comunidade.	O aluno: - Identifica os elementos da dignidade - Cita alguns aspectos da solidariedade e entreatajuda - Enumera alguns aspectos da tolerância	<ul style="list-style-type: none"> ● Atributos de dignidade na família e escola: <ul style="list-style-type: none"> - Nobreza de carácter - Integridade - Respeito ● Elementos de tolerância: <ul style="list-style-type: none"> - Atitude de respeito pelas opiniões dos outros, pela compreensão para com as suas eventuais fraquezas ● Solidariedade e entreatajuda: <ul style="list-style-type: none"> - No trabalho, na família, em comunidade e na escola - Na ocorrência de uma calamidade (fome, doença, cheias, queimadas, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de diálogos, de situações concretas na sala de aula, levar os alunos a provarem e a tomarem consciência sobre os aspectos de tolerância, de dignidade e de entreatajuda na escola e na família. ● Desenvolver actividades de expressão cultural (arte, literatura, dança, música) e partilhar estas manifestações.
2.2- Gerir pacificamente conflitos	O aluno: - Indica o que se deve fazer para atenuar e acabar com conflitos entre familiares, companheiros e vizinhos - Identifica tipos de violência e discute as consequências e formas de prevenção	<ul style="list-style-type: none"> ● Gestão preventiva de conflitos na família, na escola e na comunidade; ● Mediação e reconciliação; ● Violência doméstica, violência no desporto, violência na sociedade., etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da organização de trabalhos de grupo com vista à gestão preventiva e à mediação de conflitos na escola, na família e na comunidade, levar os alunos a adquirirem o espírito e hábitos de gerir conflitos; ● Exploração de artigos da imprensa escrita.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.3- População e ambiente.	O aluno: - Reconhece a falta de saneamento básico, a proliferação de lixo e a poluição do ambiente como situações geradoras de conflito na comunidade - Analisa como as comunidades e as entidades locais, nacionais e internacionais podem gerir e prevenir conflitos ambientais e doenças endémicas	<ul style="list-style-type: none"> ● Conflitos ambientais: <ul style="list-style-type: none"> - Exploração abusiva das florestas e da fauna - Extinção de espécies animais e vegetais - Desequilíbrio dos ecossistemas - Poluição - Doenças endémicas - Alterações climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar clubes do ambiente; ● Realizar campanhas de informação e sensibilização para a prevenção de conflitos ambientais; ● Criar e implementar projectos de protecção do meio ambiente; ● Pesquisar sobre os problemas ambientais nacionais, sub-regionais e globais; ● Identificar entidades locais, nacionais e internacionais ligadas ao ambiente; ● Participar em acções de limpeza e protecção do ambiente.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Fazer a prova de espírito de tolerância, da dignidade, de solidariedade, de entreatajuda, de equidade na família, na escola e na comunidade.	O aluno: - Enuncia conceito de equidade - Analisa alguns casos que exigem um tratamento equitativo	<ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de equidade: - É uma virtude que complementa a justiça e que consiste em reconhecer os direitos de cada um. ● Equidade de género (Respeito e protecção pelos direitos do sexo oposto) ● Respeito e protecção pelo direito das minorias (étnicas, religiosas e políticas). ● Equidade entre a cidade e o campo (redução de disparidades) 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de diálogo, de situações concretas na sala de aula levar os alunos a provarem e a tomarem consciência dos aspectos relacionados com a equidade; ● Desenvolver debates em torno de temas da actualidade.
2.2- Gerir pacificamente conflitos	O aluno: - Indica o que pode ser feito para conciliar partes em conflitos - Cita os conflitos na sub-região e as medidas propostas de os parar	<ul style="list-style-type: none"> ● Mediação dos conflitos existentes a nível nacional e sub-regional. ● Sensibilização pela importância e manutenção da Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de relatos, de simulações, de trabalhos de grupo, de emissões rádio-televisivas, levar os alunos a promoverem a cultura da paz.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.3- População e ambiente.	O aluno: - Reconhece a falta de saneamento básico, a proliferação de lixo e a poluição do ambiente como situações geradoras de conflito na comunidade - Analisa como as comunidades e as entidades locais, nacionais e internacionais podem gerir e prevenir conflitos ambientais e doenças endémicas - Conhece e debate a problemática das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ● Conflitos ambientais: - Exploração abusiva das florestas e da fauna - Extinção de espécies animais e vegetais - Desequilíbrio dos ecossistemas - Poluição - Doenças endémicas - Alterações climáticas - Globalização 	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar clubes do ambiente; ● Realizar campanhas de informação e sensibilização para a prevenção de conflitos ambientais; ● Criar e implementar projectos de protecção do meio ambiente; ● Pesquisar sobre os problemas ambientais nacionais, sub-regionais e globais; ● Identificar entidades locais, nacionais e internacionais ligadas ao ambiente; ● Participar em acções de limpeza e protecção do ambiente.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Distinguir as diversas instituições republicanas (Presidente da República, poder legislativo, poder executivo e poder judiciário).	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece e respeita as instituições republicanas - Explica a sua estrutura 	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das instituições republicanas: <ul style="list-style-type: none"> - Presidência da República – Presidente - Poder legislativo – Assembleia Nacional Popular - Poder executivo – Governo - Poder Judiciário – Tribunais ● Composição das instituições republicanas: <ul style="list-style-type: none"> - Presidente (Conselho de Estado) – Órgãos de apoio - Órgão de apoio - Assembleia é composta por deputados - O Governo é formado pelo 1º Ministro, Ministros, Secretários de Estado - Os tribunais são formados por juizes 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de relatos, jogos de papéis (<i>Role play</i>), de trabalhos de grupo, de observação da TV e a audição dos média, levar os alunos a citarem as instituições republicanas, a explicarem suas estruturas e a respeitá-las.

93

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.2- Distinguir as estruturas administrativas locais e sociedades tradicionais.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica as estruturas administrativas locais - Explica a estrutura das autoridades tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das estruturas administrativas locais: <ul style="list-style-type: none"> - Província - Região - Sector ● O Município (Câmara) ● Autoridades tradicionais: <ul style="list-style-type: none"> - Régulo 	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise e/ou construção de mapas/esquemas; ● A partir de relatos e da observação levar os alunos a identificarem estruturas administrativas locais e as autoridades tradicionais.

94

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Distinguir as diversas instituições republicanas (Presidente da República, poder legislativo, poder executivo e poder judiciário)	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece e respeita as instituições republicanas - Explica a sua estrutura 	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das instituições Republicanas: <ul style="list-style-type: none"> - Presidência da República - Presidente - Poder legislativo Assembleia Nacional Popular (Deputados) - Poder Judicial-Tribunais ● Composição das instituições republicanas: <ul style="list-style-type: none"> - Presidente (conselho de estado como órgão de apoio) - A Assembleia é composta por deputados - O governo é formado pelo 1º Ministro, Ministros e Secretários de Estado - Os tribunais são formados por juizes 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de relatos, jogos de papéis (<i>Role play</i>), de trabalhos de grupo, de observação da TV e audição dos média, levar os alunos a citarem as instituições republicanas, a explicarem suas estruturas e respeitá-las.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.2- Distinguir as estruturas administrativas locais e sociedades tradicionais.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica as estruturas administrativas locais - Explica a estrutura das autoridades tradicionais - Dá exemplos de câmaras - Explica a sua importância 	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das estruturas administrativas locais: <ul style="list-style-type: none"> - Províncias (3) - Regiões (9) - Sector (36) ● Municípios (Câmaras) ● Autoridades tradicionais: <ul style="list-style-type: none"> - Régulo 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de relatos, de observação e auscultação dos média, levar os alunos a identificarem as estruturas administrativas locais e as autoridades tradicionais; ● Através de exemplos de países vizinhos, levar os alunos a adquirirem a noção de municípios (câmaras) e a necessidade da sua implantação no país dada a sua importância no desenvolvimento.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Distinguir as diversas instituições republicanas (Presidente da República, poder legislativo, poder executivo e poder judiciário).	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhece e respeita as instituições republicanas - Explica a sua estrutura e competência 	<p>● Competências (atribuições) das Instituições Republicanas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ao presidente da República (marcar as datas de eleições, nomear e demitir o 1º Ministro, mandar publicar as leis, etc.) - À Assembleia Nacional Popular (mover alterações à Constituição, fazer leis, fiscalizar os actos do Governo, votar moções de confiança e de censura ao Governo, aprovar o programa do Governo e o Orçamento Geral do Estado, ratificar tratados e convenções). - Ao Governo (negociar tratados internacionais, apresentar à Assembleia da República as contas do Estado, fazer os regulamentos necessários à boa execução das leis. <p>● Aos Tribunais compete: (assegurar a defesa dos direitos dos cidadãos, reprimir as violações à lei, resolver os conflitos públicos e privados).</p>	<p>● A partir de relatos, jogos de papéis (<i>Role play</i>), de trabalhos de grupo, de observações dos média levar os alunos a citarem as instituições republicanas, a explicarem as suas estruturas, competências e a respeitá-las.</p>

97

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.2- Distinguir as estruturas administrativas locais e sociedades tradicionais.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explica o papel das estruturas administrativas locais - Explica o papel das autoridades tradicionais 	<p>● Identifica o papel das estruturas administrativas locais e das sociedades tradicionais.</p> <p>● Representação e apoio ao Governo nas suas tarefas.</p> <p>● Apoio ao Governo na sensibilização, divulgação, organização e cumprimento de leis.</p>	<p>● A partir de jogos de papéis (<i>Role play</i>), relatos, vistas, trabalhos de grupo levar, os alunos a identificarem o papel das estruturas administrativas locais e das sociedades tradicionais;</p> <p>● Análise histórica, geográfica e sociocultural.</p>

98

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Tomar consciência dos valores da democracia.	O aluno: - Cita os valores da democracia - Enuncia o direito ao voto, ao sistema eleitoral, à participação política.	<ul style="list-style-type: none"> ● Valores da democracia: - Liberdades fundamentais (liberdade de opinião, de religiões, de consciência e de culto, direito à justiça e à informação). - Direito ao voto e ao sistema eleitoral. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de observação de situações concretas, de simulações, de jogos de papéis (<i>Role play</i>), levar os alunos a compreenderem e a respeitarem os valores da democracia.
4.2- Obedecer às leis, respeito à ordem social.	O aluno: - Cita as leis da democracia - Dá exemplos de obediência e respeito à lei	<ul style="list-style-type: none"> ● Leis do jogo democrático: - Constituição da República - Lei eleitoral - Lei de Partidos Políticos - Lei de Associações <p>● Respeito pelas leis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da leitura de textos, de situações concretas, levar os alunos a identificarem as leis da democracia.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.3- Cumprir os direitos e deveres de cidadania.	O aluno: - Cita e dá exemplos do cumprimento dos direitos e deveres do cidadão activo	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos e deveres de um Cidadão activo: - Participação na vida activa do país. - Pagamento de impostos. - Vigilância para com o património público (bem comum). - Protecção e preservação da natureza. - Protecção da criança. - Participação nos actos eleitorais. - Prestação do serviço militar. - Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de diálogo, trabalhos em grupo, <i>brainstorming</i>, levar os alunos a tomarem consciência da necessidade do cidadão assumir os seus deveres para com o país e pela paz.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Tomar consciência dos valores da democracia.	O aluno: - Cita os valores da democracia - Enuncia o direito ao voto e ao sistema eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> ● Valores da democracia: - Liberdades fundamentais (liberdade de opiniões, de religiões, consciência e de culto, direito à justiça e à informação). - Direito ao voto e ao sistema eleitoral. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de observação de situações concretas, de simulações, de jogos de papéis (<i>Role play</i>), levar os alunos a compreenderem e a respeitarem os valores da democracia.
4.2- Obedecer às leis, respeito à ordem social.	O aluno: - Cita as leis da democracia - Dá exemplos de obediência e respeito à lei	<ul style="list-style-type: none"> ● Leis do jogo democrático: - Constituição da República - Lei eleitoral - Lei de Partidos Políticos - Lei de Associações ● Respeito as leis. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da leitura de textos de relatos, de situações concretas, levar os alunos a identificarem as leis da democracia.

101

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.3- Cumprir os direitos e deveres de cidadania.	O aluno: - Cita e dá exemplos do cumprimento dos direitos e deveres do cidadão activo	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos e deveres de um Cidadão activo: - Participação na vida activa do país. - Pagamento de impostos. - Vigilância para o património publico (bem comum). - Protecção e preservação da natureza. - Protecção da criança. - Participação nos actos eleitorais. - Prestação do serviço militar. - Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de diálogo, trabalho em grupo, <i>brainstorming</i>, levar os alunos a tomarem consciência da necessidade do cidadão assumir os seus deveres com o país e pela paz; ● Debater o cumprimento dos direitos e deveres de cidadania na sociedade guineense.

102

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Tomar consciência dos valores da democracia.	O aluno: - Compreende as regras da democracia - Enumera os princípios da democracia	<ul style="list-style-type: none"> ● Regras da democracia: <ul style="list-style-type: none"> - Respeito pela maioria - Respeito pela minoria ● Princípios da democracia <ul style="list-style-type: none"> - Participação - Alternância - Escolha livre 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de situações concretas, relatos sobre as eleições nacionais, simulações, levar os alunos a compreenderem e a respeitarem as regras (jogo) da democracia e os seus princípios.
4.2- Obedecer às leis, respeito à ordem social.	O aluno: - Compreende as leis da democracia - Dá exemplos de obediência e respeito às leis - Interpreta da lei eleitoral e dos partidos políticos	<ul style="list-style-type: none"> ● As leis do jogo democrático: <ul style="list-style-type: none"> - Constituição da República - Lei Eleitoral - Lei de Partidos Políticos - Lei de Associações ● Interpretação à lei Eleitoral e dos Partidos Políticos 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da leitura de textos, de relatos, de situações concretas, levar os alunos a identificarem e a interpretarem algumas leis da democracia.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.3- Cumprir os direitos e deveres do cidadão.	O aluno: - Conhece e pratica os direitos e deveres do cidadão activo	<ul style="list-style-type: none"> ● Deveres de um Cidadão activo: <ul style="list-style-type: none"> - Participação na vida activa do país. - Pagamento de impostos. - Vigilância para com o património público (bem comum). - Protecção e preservação da natureza. - Protecção da criança. - Participação nos actos eleitorais. - Prestação do serviço militar. - Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de diálogo, trabalho em grupo, de <i>brainstorming</i>, levar os alunos a tomarem consciência da necessidade do cidadão assumir os seus deveres com o país e a paz; ● Análise e debate sobre: convenção dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos do Homem; Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, etc.

5- Objectivos terminais de integração no 10º e 11º ano do Ensino Secundário

No final desta fase escolar, o aluno deve, através dos seus conhecimentos e comportamento:

- 1- Adotar valores morais, sociais e culturais positivos.
- 2- Respeitar os outros nas suas diferenças, prevenir e resolver conflitos.
- 3- Identificar as Instituições e Organizações Nacionais, Sub-regionais e Internacionais e as suas áreas de intervenção.

Versão preliminar

Competências de base do 10º e 11º ano do ES

Competência de base nº 1	Competência de base nº 2	Competência de base nº 3	Competência de base nº 4
1- Explicar a noção da Constituição da República e as liberdades fundamentais.	2- Identificar os órgãos de manifestação de solidariedade nacional, sub-regional e internacional	3- Identificar os órgãos e instituições das relações internacionais e suas áreas de intervenção.	4- Exercer os seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças com vista a prevenir e resolver conflitos.
1.1- Adquirir a noção de Estado e da Soberania Nacional. 1.2- Identificar as instituições republicanas e os grandes serviços do Estado. 1.3- Adquirir a noção de direito de voto e do sistema eleitoral. 1.4- Identificar os princípios e valores fundamentais da Constituição da Guiné-Bissau.	2.1- Identificar os órgãos de manifestação de solidariedade nacional e o seu carácter de intervenção. 2.2- Enunciar os órgãos de manifestação de solidariedade, sub-regional, internacional e o seu carácter de intervenção.	3.1- Identificar os órgãos e instituições das relações internacionais. 3.2- Identificar as áreas de intervenção e o papel dos organismos internacionais. 3.3- Enunciar os grandes problemas actuais e debater o papel da cooperação internacional.	4.1- Identificar os direitos civis; políticos; sociais, económicos e culturais. 4.2- Identificar os pactos relativos aos direitos civis; políticos; sociais, económicos e culturais. 4.3- Identificar as estratégias de gestão e de resolução de conflitos inter étnicos e inter comunitários, exemplos e processos de resolução. 4.4- Dar a noção da visão dos conflitos como um processo normal (resistência à opressão, luta pela igualdade, independência e liberdade).

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Adquirir a noção de Estado e da Soberania Nacional.	O aluno: - Define o Estado - Enuncia a noção da soberania	<ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de Estado. ● Noção de soberania 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consulta bibliográfica, de relatos, de trabalhos de grupo, levar os alunos a adquirirem a noção do Estado da soberania.
1.2- Identificar as instituições republicanas e os grandes serviços do Estado.	O aluno: - Cita as instituições republicanas - Define as suas estruturas - Explica as suas competências	<ul style="list-style-type: none"> ● Instituições republicanas, as suas estruturas e competências. ● Grandes serviços do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de relatos de trabalho de grupo e de consulta bibliográfica, levar os alunos a identificarem as instituições republicanas e os grandes serviços do Estado.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.3- Adquirir a noção de direito de voto e do sistema eleitoral.	O aluno: - Reconhece o direito ao voto - Compreende elementos do sistema eleitoral - Compreende a importância da participação política	<ul style="list-style-type: none"> ● Direito ao voto ● Sistema eleitoral ● Participação política 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir da experiência, de escolha dos responsáveis da turma, diálogo, de experiências próprias, levar os alunos a adquirirem a noção de direito ao voto e de sistema eleitoral.
1.4- Identificar os princípios e valores fundamentais da Constituição da Guiné-Bissau.	O aluno: - Define a Constituição da República - Conhece os seus princípios e valores - Desenvolve uma ética de participação	<ul style="list-style-type: none"> ● Constituição da República ● Princípios e valores fundamentais ● Ética de participação 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de situações concretas, de documentos, de actividades associativas, do regulamento interno da escola, levar os alunos a terem noção da constituição da República e identificarem os valores e princípios fundamentais prescritos na Constituição.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Identificar os órgãos de manifestação de solidariedade nacional e o seu carácter de intervenção.	O aluno: - Identifica os órgãos de manifestação de solidariedade nacional - Explica o carácter de sua intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ● Órgãos de manifestação de Solidariedade Nacional: <ul style="list-style-type: none"> - ONG's - Cruz vermelha ● Carácter de intervenção: <ul style="list-style-type: none"> - Geminação - Voluntariado - Cooperação - Defesa das liberdades 	<ul style="list-style-type: none"> ● Com base na leitura de documentos relativos à solidariedade, nos trabalhos em grupo, na experiência pessoal e dos alunos, levar os alunos a identificarem os órgãos de solidariedade e suas áreas de intervenção. ● Explorar o conceito do valor e da solidariedade como um compromisso simultaneamente pessoal, comunitário e internacional.
2.2- Enunciar os órgãos de manifestação de solidariedade, sub-regional, internacional e o seu carácter de intervenção.	O aluno: - Identifica os órgãos de manifestação de solidariedade sub-regionais e internacionais - Explica o carácter de sua intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ● Órgãos de manifestação de Solidariedade sub-regional e internacional: <ul style="list-style-type: none"> - ONG's ● Carácter de intervenção: <ul style="list-style-type: none"> - Geminação - Voluntariado - Cooperação - Defesa das liberdades 	<ul style="list-style-type: none"> ● Com base na leitura de documentos relativos à solidariedade, nos trabalhos em grupo, na experiência pessoal e dos alunos, levar os alunos a identificarem os órgãos de solidariedade e suas áreas de intervenção. <p>Idem Nas sub-regionais e internacionais.</p>

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Identificar os órgãos e instituições das relações internacionais.	O aluno: - Identifica as instituições internacionais - Estabelece a diferença entre as instituições internacionais e sub-regionais - Enumera os seus órgãos - Compreende o seu campo de acção	<ul style="list-style-type: none"> ● Instituições das relações internacionais e respectivos órgãos: <ul style="list-style-type: none"> - ONU (Organização das Nações Unidas – Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Secretariado) ● Sistema da ONU: (UNESCO; FAO; UNICEF; OMS; FMI; OIT; FNUAP; ITU; UNIDO) <ul style="list-style-type: none"> - UA (União Africana) (Cimeira dos chefes de Estado e Governos, Conferência de Ministros, Comissão da União Africana, Conselho de Paz e Segurança) ● CEDEAO (Organização sub-regional) <ul style="list-style-type: none"> - Comunidade Económica de Estados Oeste Africanos. (Cimeira de Chefes de Estado e Governos, Conferência de Ministros, Comissão, Conselho de Paz e Segurança). ● OMVG (Organização de valorização do Rio Gâmbia (organização sub-regional). ● HCR – Alto Comissariado para os Rfugiados. ● Cruz vermelha. ● Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de consulta de bibliografia, de diálogo, de trabalho de grupo levar os alunos a identificarem as instituições internacionais e os seus respectivos órgãos.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.2- Identificar as áreas de intervenção e o papel dos organismos internacionais.	O aluno: - Identifica as áreas de intervenção das Organizações Internacionais - Explica o papel das Organizações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> ● Áreas de intervenção das Organizações: <ul style="list-style-type: none"> - Político - Económico - Social - Cultural ● Papel das Organizações internacionais: <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a política do Governo para o desenvolvimento do país - Manutenção da paz - Resolução de conflitos - Salvaguarda dos Direitos Humanos, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consulta bibliográfica, de diálogo, de trabalho de grupo, levar os alunos a identificarem as áreas de intervenção e o papel das organizações internacionais.
3.3- Enunciar os grandes problemas actuais e debater o papel da cooperação internacional.	O aluno: - Enuncia os grandes problemas actuais - Compreende o papel da cooperação internacional	<ul style="list-style-type: none"> ● Grandes problemas e a cooperação e a cooperação internacional: <ul style="list-style-type: none"> - Analfabetismo – (UNESCO) - Doenças (HIV-SIDA-(OMS)) - Racismo e Exclusão (HCR) - Organizações Internacionais dos Direitos Humanos - Fome (FAO) ● Outros temas/problemas do mundo actual: <ul style="list-style-type: none"> - Globalização - Sustentabilidade ambiental - Equidade de género - Pobreza - Toxicodependência - Interculturalidade - Direitos das crianças, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consultas de documentos, de diálogo, de observação dos média (jornais, rádios e TV), levar os alunos a debaterem os grandes problemas actuais e a cooperação internacional; ● Explorar o conceito e o valor de interdependência como um compromisso simultaneamente pessoal, comunitário e internacional.

111

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.1- Identificar os direitos civis; políticos; sociais, económicos e culturais.	O aluno: - Identifica alguns direitos civis - Identifica alguns direitos políticos - Identifica alguns direitos sociais, económicos e culturais	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos civis: <ul style="list-style-type: none"> - Liberdade pessoal, de expressão, de pensamento, de religião - Direito à propriedade - Direito à justiça ● Direitos políticos: <ul style="list-style-type: none"> - Direito de voto e participação política ● Direitos sociais: <ul style="list-style-type: none"> - Direito à educação; à saúde; à justiça social; à segurança; à protecção do património cultural ● Direitos económicos: <ul style="list-style-type: none"> - Direito a um emprego - Direito à prática de actividades lucrativas ● Direitos Culturais: <ul style="list-style-type: none"> - Direito à manifestação de culturas; ao acesso a produtos culturais 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consulta bibliográfica, de diálogo, de trabalhos de grupo, de <i>brainstorming</i> levar os alunos a identificarem os direitos sociais, económicos e culturais.
4.2- Identificar pactos relativos aos direitos civis e políticos, sociais, económicos e culturais.	O aluno: - Conhece alguns pactos relativos aos direitos civis e políticos	<ul style="list-style-type: none"> ● Pactos relativos aos direitos civis e políticos: <ul style="list-style-type: none"> - Convenção dos direitos da criança - Convenção sobre direitos da mulher (CEDAW), etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consulta bibliográfica, de diálogo, de trabalhos de grupo, levar os alunos a identificarem alguns pacotes relativos aos direitos civis e políticos.

112

10º e 11º Ano – Competências de base Nº 4: Exercer os seus direitos, assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças, com vista a prevenir e resolver conflitos.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
4.3- Identificar as estratégias de gestão e de resolução de conflitos inter étnicos e inter comunitários, exemplos e processos de resolução.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica algumas estratégias de gestão e de resolução de conflitos - Dá alguns exemplos e processo de resolução de conflitos 	<p>● Estratégias de gestão e de, resolução de conflitos inter-étnicos e inter-comunitários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diálogo - Prevenção - Mediação - Reconciliação <p>● Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Missão de mediação do conflito de 7 de Junho de 1998 - Outros conflitos regionais ou internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de exemplos concretos, na sala de aula, e de resolução de problemas, de diálogos, levar os alunos a identificarem algumas estratégias de gestão e de resolução de conflitos, e a citarem alguns exemplos e processos de resolução; ● Resolução de situações problema.
4.4- Dar noção de visão dos conflitos como um processo normal.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreende alguns conflitos como um processo normal 	<p>● Visão dos conflitos como um processo normal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resistência à opressão - Luta pela igualdade - Luta pela independência - Luta pela liberdade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de consulta bibliográfica, de exemplos concretos e factos reais, de diálogo, levar os alunos a terem a noção da visão dos conflitos como um processo normal.

- 6- Objectivos terminais de integração no 12º ano de Ensino Secundário**
- No final desta faixa escolar, o aluno deve, através dos seus conhecimentos e comportamento:
- 1- Identificar as instituições e organizações económicas nacionais, sub-regionais e internacionais.
 - 2- Respeitar os outros nas suas diferenças, prevenir e resolver conflitos.
 - 3- Analisar e debater temas e problemas do mundo contemporâneo.

Versão preliminar

Competência de base nº 1	Competência de base nº 2	Competência de base nº 3	Competência de base nº 4
1- Analisar o fenómeno da globalização e das interdependências a partir das instituições e organizações económicas.	2- Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças, com vista a prevenir e resolver conflitos.	3- Desenvolver e promover a cultura da paz e da cidadania.	4- Analisar temas e problemas do mundo contemporâneo.
1.1- Identificar alguns sistemas de troca/intercâmbios locais e nacionais. 1.2- Enumerar as zonas monetárias africanas e as instituições bancárias, e analisar as suas incidências sobre as políticas dos Estados em matéria de desenvolvimento, Direitos Humanos, Paz e Democracia. 1.3- Interpretar os mecanismos de trocas internacionais e o seu impacto sobre as políticas de desenvolvimento, Direitos Humanos, Paz e Democracia.	2.1- Reconhecer alguns fenómenos de mundialização e as suas incidências sociais 2.2- Identificar e compreender alguns exercícios das liberdades e da democracia 2.3- Identificar e compreender alguns órgãos e mecanismos de protecção dos Direitos Humanos.	3.1- Promover a interculturalidade. 3.2- Identificar e promover estruturas promotoras da educação para a Paz.	4.1- Desenvolver um trabalho de investigação sobre um tema opcional: - Educação para a Cidadania - Ambiente e responsabilidade ecológica - Direitos Humanos e questões de género - Direitos das crianças - Ética e política - Globalização e identidades culturais - Etc.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.1- Identificar alguns sistemas de troca/intercâmbios locais e nacionais e suas modalidades de intervenção.	O aluno: - Enumera os sistemas de troca/intercâmbio local e nacional - Interpreta as suas modalidades de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ● Os sistemas de troca/intercâmbio local e nacional: <ul style="list-style-type: none"> - Feiras e mercados populares (Lumos) - Mercado formal - Estabelecimentos comerciais (lojas, tabernas, bares, supermercados, etc.) - Bancos: a) Emissor de moedas (BCEAO) b) Comerciais (BAO, ECOBANK, BDU e BRS) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de visitas de estudo, pesquisa, leitura de documentos, trabalhos em grupo, levar os estudantes a identificarem os sistemas de troca/intercâmbio local e nacional e a interpretarem as suas modalidades de intervenção.
1.2- Identificar as zonas monetárias africanas e as instituições bancárias, suas incidências sobre as políticas dos Estados em matéria de desenvolvimento, Direitos Humanos, Paz e Democracia.	O aluno: - Enuncia as zonas monetárias africanas e as instituições bancárias internacionais - Dá exemplos das suas incidências sobre as políticas dos Estados em matéria de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ● Instituições bancárias: <ul style="list-style-type: none"> a) Sub-regionais <ul style="list-style-type: none"> – Banco Africano de Desenvolvimento (BOAD) – Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) b) Internacionais <ul style="list-style-type: none"> - Fundo Monetário Internacional (FMI) - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BM) 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consulta bibliográfica e na Internet, Conferências, Seminários, debates, levar os estudantes a identificarem as zonas monetárias africanas e as instituições bancárias e os seus impactos sobre as políticas dos Estados em matéria dos direitos humanos, Paz, democracia e desenvolvimento.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
1.3- Interpretar os mecanismos de trocas internacionais e o seu impacto sobre as políticas de desenvolvimento, Direitos Humanos, Paz e Democracia.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica os desequilíbrios e flutuações a nível internacional nas trocas - Dá exemplos dos impactos das flutuações e desequilíbrios a nível internacional sobre as políticas dos Estados em matéria de desenvolvimento, direitos humanos, paz e democracia 	<ul style="list-style-type: none"> ● Desequilíbrio das trocas internacionais ● Flutuações económicas (seus impactos) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Através de consultas bibliográficas e na Internet, conferências, seminários e debates, levar os estudantes a identificarem e a interpretarem os mecanismos de troca internacionais e seus impactos nas políticas dos Estados em matéria de desenvolvimento, direitos humanos, paz e democracia.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.1- Identifica e compreende alguns fenómenos de mundialização e as suas incidências sociais	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica alguns fenómenos de mundialização - Explica as incidências desses fenómenos na vida social 	<ul style="list-style-type: none"> ● Fenómenos da mundialização e suas incidências na vida social: <ul style="list-style-type: none"> - Novas tecnologias (Internet, Tecnologia de informação e Comunicação, telemóveis, etc.) - Automatização da produção - Evolução da medicina - Explosão demográfica e as migrações - Problemas ambientais, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consultas bibliográficas, trabalhos de grupo, <i>brainstorming</i>, debates, levar os estudantes a identificarem e a tomarem consciência de alguns fenómenos da mundialização e das suas incidências na vida social.
2.2- Identificar e compreender alguns exercícios das liberdades e da democracia	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enumera alguns exercícios de democracia - Dá algumas noções de Estado de Direito 	<ul style="list-style-type: none"> ● Exercícios de liberdades e de democracia: <ul style="list-style-type: none"> - Estudo do regime democrático e das liberdades fundamentais - Noção de Estado de Direito - Direito a autodeterminação 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consultas bibliográficas, trabalho de grupo, <i>brainstorming</i>, debates, levar os estudantes a identificarem os exercícios de liberdades e de democracia.

12º Ano – Competências de base Nº 2: Exercer os seus direitos e assumir os seus deveres e respeitar os outros nas suas diferenças, com vista a prevenir e resolver conflitos.

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
2.3- Identificar e compreender alguns órgãos e mecanismos de protecção dos Direitos Humanos.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enumera alguns órgãos de protecção dos Direitos Humanos - Dá alguns exemplos de mecanismos de protecção dos Direitos Humanos. - Explica o papel de associações nacionais de promoção de Paz, Democracia e Direitos Humanos. 	<p>● Órgãos e mecanismos de protecção dos Direitos Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Convenções contra a tortura e o trabalho forçado - Declaração dos Direitos Humanos - Instrumentos internacionais de preservação e manutenção de conflitos internacionais - Estratégias de gestão e de resolução de conflitos internacionais ● Associações Nacionais de promoção da Paz, Democracia e dos Direitos Humanos. ● Liga dos Direitos Humanos. ● Observatório dos Direitos Humanos. ● WANEP; Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● A partir de consultas bibliográficas, de debates, de diálogos, de conferências, levar os estudantes a identificarem alguns órgãos e mecanismos de protecção dos Direitos Humanos.

119

Níveis de Competências	Indicadores de avaliação	Conteúdos	Propostas de Situação de Aprendizagem
3.1- Promover a interculturalidade.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Distingue multiculturalidade, interculturalidade e transculturalidade - Identifica exemplos de cada um destes conceitos/attitudes 	<ul style="list-style-type: none"> ● Multiculturalidade ● Interculturalidade ● Transculturalidade ● Paz 	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa sobre a diversidade cultural e linguística da Guiné-Bissau; ● Debate sobre globalização e identidades culturais e implicação desta temática no desenvolvimento de uma cultura de paz.
3.2- Identificar e promover estruturas promotoras da educação para a Paz.	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica estruturas locais, regionais, internacionais, governamentais e não governamentais de promoção da paz - Identifica oportunidades para a promoção da paz 	<ul style="list-style-type: none"> ● Liga Guineense dos Direitos Humanos; União Africana; UNESCO ● Escola; media; comunidade; família; associações culturais; etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa de entidades e análise de casos de promoção de uma cultura de paz.

120

12º Ano – Competências de base Nº 3: Desenvolver e promover a cultura da paz e da cidadania.

12º Ano – Competências de base Nº 4: Analisar temas e problemas do mundo contemporâneo.

Níveis de Competências	4.1- Desenvolver um trabalho de investigação sobre um tema opcional:
Indicadores de avaliação	<p>O aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica temas e problemas do mundo contemporâneo - Selecciona um tema/problema do mundo contemporâneo e realiza uma pesquisa sobre o mesmo - Apresenta um trabalho
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> ● Educação para a Cidadania ● Ambiente e responsabilidade ecológica ● Direitos Humanos e questões de género ● Direitos das crianças ● Ética e política ● Globalização e identidades culturais ● Etc.
Propostas de Situação de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento e apresentação de um trabalho

Bibliografia

- BRED/UNESCO – Dakar (Octobre de 2010). Documents de l'atelier de production du manuel/guide de la CEDEAO em matéria d'éducation à la culture de la paix, aux droits humains, à la citoyenneté, à la démocratie et à l'integration régionale dans les pays en situation de crise ou post crise.
- CANUTO, L. (Coord.) et al. (2009). *Educação para a Cidadania – Guia de Formação*. Instituto Pedagógico de Cabo Verde.
- INDE/ Ministério da Educação – Guiné-Bissau (Agosto de 2007). *Política e Estratégias de Promoção e Desenvolvimento da Educação para a Cultura de Paz, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia*.
- INDE/ Ministério da Educação – Guiné-Bissau (Setembro de 2005). *Cuidados para uma vida saudável – Manual do Aluno (7ª, 8ª e 9ª Classe)*. Bissau: Projecto Educação para a vida familiar em matéria de população.
- INEE (2004). *Requisitos Mínimos para a Educação em Situações de Emergência, Crises Crónicas e Reconstrução*. Edição em língua portuguesa pela Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Viana do Castelo (2006).
- DELORS, Jacques (1996), *Educação, um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para o Século XXI*.
- LICHTENBERG, E. & J. (1998). *Educação para a Paz e Democracia – Manual para professores primários ADPP-Moçambique / UNICEF*.
- NOGUEIRA, C., SILVA, I. (2001). *Cidadania – Construção de novas práticas em contexto educativo*. Porto: Edições ASA.
- NÓVOA, A. (2009). *Professores – Imagens do futuro presente*. Lisboa: EDUCA – Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, M. E. B. (Coord.) et al (2010). “Relatório Educação para a Cidadania – Proposta Curricular para os 1º, 2º e 3º ciclos” – Proposta de Educação para a Cidadania do Ministério da Educação. Lisboa: DGIDC.